

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA

REGINA DA CONCEIÇÃO MEIRA CALAZANS

ARQUEOLOGIA, GÊNERO E MEMÓRIA DO TRABALHO: AS OPERÁRIAS
TÊXTEIS DA FÁBRICA DA SERGIPE INDUSTRIAL, ARACAJU, SÉCULOS XIX-XX

LARANJEIRAS

27 DE SETEMBRO DE 2013

REGINA DA CONCEIÇÃO MEIRA CALAZANS

**Arqueologia, gênero e memória do trabalho: as operárias têxteis da fábrica da
Sergipe Industrial, Aracaju, séculos XIX-XX**

Orientação: Prof.^a. Dr.^a. Márcia Barbosa da Costa
Guimarães

Laranjeiras, 27 de setembro de 2013

EXAME DE MONOGRAFIA

CALAZANS, Regina da Conceição Meira.
Arqueologia, Gênero e Memória do Trabalho: as Operárias Têxteis da fábrica da Sergipe Industrial, Aracaju, séculos XIX-XX. Monografia de conclusão de curso. Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Arqueologia. 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Márcia Barbosa C. Guimarães (NAR/UFS) [Orientadora]

Prof. Dr. Paulo Bava de Camargo (NAR/UFS)

Prof. Msc. Moisés Marciolino de Siqueira Neto (IPHAN/PB)

Prof. Dr. Leandro Domingues Duran (NAR/UFS) (suplente)

Examinada a monografia em

Resultado/Apreciação: _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente à minha orientadora por abraçar com carinho esse trabalho e por ter ajudado a esculpi-lo. Espero que possamos seguir com esse tema nas próximas etapas de minha carreira acadêmica.

Também preciso agradecer aos que possibilitaram que esse trabalho fosse feito.

À Rusi, que me garantiu acesso aos entrevistados; aos próprios entrevistados, pelo tempo e pela intimidade; ao José Augusto, o último gerente da primeira fábrica da Sergipe Industrial, pela prestatividade; ao professor Gilson Rambelli, que desde o início me impulsionou para realizar trabalhos sobre “gênero”; ao Elton Ferreira, que me instruiu durante a pesquisa; e, principalmente, ao professor Moysés Siqueira, que me acompanhou nos primeiros passos desse trabalho.

Agradeço também aos demais professores e aos colegas do curso de Arqueologia Bacharelado por esses anos de boa convivência, especialmente as pessoas mais próximas de mim em todo esse tempo: Jennyfer Helenne e Márcia Cristiane.

Um agradecimento mais que especial ao meu marido, Diego Callazans, que me deu força e auxílio nas horas de dúvida. E aos nossos felinos, que, entre afagos e pelos, serviram de calmante ou ao menos distração da rotina de trabalho.

Agradeço ainda a Nice, Diva, Dona Julita e Claudionor, que garantiram a estabilidade necessária para que eu pudesse chegar até aqui.

À Dona Del, que foi minha mãe quando eu mais precisei.

À Luzia, que me recebeu de braços abertos quando eu não sabia o que fazer.

À Dona Eliete, que sempre esteve ao meu lado, com seus sábios e divertidos conselhos.

Ao Lauro, que investiu em mim.

Ao Ary e sua mãe, que me acolheram.

Ao Paulo Ricardo, que foi e segue sendo meu melhor amigo, mesmo à distância.

A todos vocês, meu muito obrigada!

RESUMO

A presente monografia apresenta o resultado de uma pesquisa sobre as relações de gênero na antiga fábrica da Sergipe Industrial, localizada na Avenida João Rodrigues, no bairro Industrial, em Aracaju. Através de entrevistas semi-dirigidas, da catalogação de objetos, de pesquisa bibliográfica e de registro das estruturas arquitetônicas, associadas aos documentos iconográficos, em diversos graus de preservação, recuperou-se parte da memória do trabalho, com depoimentos e evidências materiais do tratamento desigual de trabalhadores conforme o sexo. O estudo foi realizado na intersecção de duas perspectivas: a arqueologia industrial e a arqueologia de gênero. Os dados obtidos abrem caminho para a necessidade de uma análise futura mais elaborada.

Palavras-Chave: Arqueologia Industrial, Capitalismo, Patrimônio Industrial

ABSTRACT

This monograph presents the results of a research on the gender interactions written on space performed by ex-workers of the former factory of Sergipe Industrial located at Avenida João Rodrigues, in the industrial district, in Aracaju. Through semi-structured interviews, the cataloging of objects, literature search and registration of the structures associated with the site, in various degrees of preservation, it recovered part of the workers' memory, with testimonials and material evidence of the unequal treatment of workers by sex. The study was conducted at the intersection of two perspectives: industrial archeology and gender archeology. The data obtained give way to a need for more elaborate further analysis.

Keywords: Industrial Archaeology, Capitalism, Industrial Heritage

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL.....	10
CAPÍTULO 2 - INDUSTRIALIZAÇÃO EM SERGIPE.....	22
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE ESPACIAL DAS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	70

INTRODUÇÃO

Essa monografia aborda a divisão sexual do trabalho inscrita na divisão espacial da primeira fábrica da Sergipe Industrial, aberta em 1882 e fechada em 2012. Ela inicia uma catalogação da memória do trabalho das operárias dessa fábrica, que deve ser ampliada ao longo de pesquisas futuras. O estudo da memória do trabalho feminino na fábrica em questão será abordado na intersecção de duas perspectivas: a arqueologia industrial e a arqueologia de gênero.

A primeira fábrica da Sergipe Industrial, localizada próximo ao recente Terminal do Mercado, no Bairro Industrial, é de grande relevância para a história da industrialização em Sergipe. Criada em 15 de fevereiro de 1882, a fábrica passou por apenas uma modificação espacial significativa, com o acréscimo de áreas adjacentes, formando o chamado “Parque Sergipe Industrial”, além de uma modificação em sua fachada, ambas durante a administração de Thales Ferraz, que dirigiu a fábrica de 1906 a 1927, ano de sua morte. O Parque Sergipe Industrial contava com campos de futebol, quadras de esportes, creche, escola, igreja e loja de mantimentos, dentre outras instalações.

A estrutura básica da fábrica não sofreu modificações, já que planejada, desde a fundação, para comportar sua imensa maquinaria, que permaneceu quase sem alterações. Foi em decorrência da organização das máquinas que os espaços foram pensados e por conta da atribuição de máquinas de acordo com o sexo do trabalhador se formou inicialmente a divisão sexual do trabalho inscrita no espaço da fábrica.

Essa divisão perdeu força nas fábricas mais recentes do grupo que detinha a propriedade da Sergipe Industrial até o ano passado, porque as máquinas mais novas não demandam uma força física que dê vazão a uma divisão sexual tão acentuada. Foi por não comportar máquinas mais modernas, que são também maiores, que a antiga fábrica da Sergipe Industrial acabou fechada.

Estudos semelhantes foram realizados em outros contextos. No entanto, nenhum estudo arqueológico sobre a divisão sexual na indústria têxtil havia sido realizado em Sergipe, até o momento. Meu interesse pelo assunto decorre de sua

posição privilegiada, na interseção entre a arqueologia de gênero, meu interesse desde o início do curso, e a arqueologia industrial, da qual me aproximei nos últimos semestres.

O objetivo principal dessa monografia é analisar as relações de gênero na fábrica, desde sua inauguração até seu fechamento, através de fontes documentais e da cultura material. Entre os objetivos específicos, estão: levantar bibliografia sobre a memória do trabalho das operárias da indústria têxtil, analisar a relação das operárias da Sergipe Industrial com seu espaço de trabalho e inventariar os espaços.

Parto de algumas hipóteses a serem testadas ao longo da pesquisa. A primeira é de que a primeira fábrica da Sergipe Industrial estaria marcada, em sua própria estrutura física, pela divisão sexual do trabalho. A segunda é que essa divisão seria em parte o resultado da logística de produção, particularmente em decorrência de exigência de força física (considerada domínio masculino) para algumas tarefas e de atenção aos detalhes (considerada domínio feminino) para outras. Uma última hipótese é de que essa divisão sexual do trabalho na fábrica reforçava a divisão sexual fora da fábrica.

Para testar essas hipóteses, utilizo uma análise qualitativa dos documentos que se referem aos usos dos espaços da fábrica, particularmente as plantas e as considerações dos empregadores sobre como as funções da fábrica deveriam estar distribuídas ao longo de sua estrutura física. Realizo também uma série de entrevistas semiestruturadas com ex-funcionários da fábrica, desde operários ao alto escalão.

No primeiro capítulo, procuro explicar a pesquisa em seus pormenores teóricos e metodológicos; justifico as escolhas realizadas e detalho as questões levantadas e os procedimentos adotados para esclarecê-las. No segundo capítulo, apresento a história da Sergipe Industrial no contexto da história da industrialização sergipana. No último capítulo, e analiso as plantas da fábrica para mapear a divisão sexual do trabalho inscrita na divisão espacial das funções e ao estabelecimento de máquinas para uso masculino e máquinas para uso feminino, bem como explico como foram realizadas as entrevistas e analiso os dados obtidos através delas.

CAPÍTULO 1 - ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

1.1 Aspectos Conceituais

Como pretendemos analisar a memória do trabalho de operárias de uma fábrica sergipana, recorreremos aos acadêmicos de campos distintos cujas contribuições podem ser reunidas num todo coerente.

Para melhor entender à memória do trabalho e sua relação com a cultura material da fábrica, nos valem de Beatriz Kühl, professora-associada do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Universidade de São Paulo. Kühl é uma das mais importantes pesquisadoras no campo do Patrimônio Industrial no Brasil, sendo especializada em propostas de restauração de prédios industriais. Publicou dois livros, dos quais destacamos o que usaremos nesse trabalho: “Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro”. Em suas análises, Beatriz Kühl associa a arqueologia industrial ao resgate da memória do trabalho fabril. Esse é o ponto central de sua obra no que diz respeito aos nossos interesses.

De acordo com Kühl (2006), através da análise do patrimônio industrial, é possível estudar a memória do trabalhador, compreendendo desde a dimensão material, como o local e as condições de trabalho, até a imaterial, como as rotinas e os saberes cotidianos. Também é possível trabalhar com a memória da indústria, a partir do acervo de artefatos industriais, como máquinas, matérias-primas, produtos manufaturados etc., e a memória arquitetônica analisando os edifícios e as estruturas acessórias necessárias para o funcionamento da indústria, como ferrovias e moinhos.

O patrimônio industrial é o tema principal da Arqueologia Industrial, um subcampo da Arqueologia que se dedica ao estudo da industrialização através de seus vestígios materiais (LANDON, 2002). Esses vestígios geralmente são dotados de relevância pública por conta da forte carga de memória afetiva a eles associados, sendo tratados – dentro e fora dos estudos acadêmicos – como “patrimônio industrial”.

O pesquisador que se interessa por patrimônio industrial tem um amplo campo de investigação disponível. É possível estudar a memória do trabalhador, analisando desde a dimensão material, como o local e as condições de trabalho, até a imaterial, como as rotinas e os saberes cotidianos. Também é possível trabalhar com a memória da indústria, a partir do acervo de artefatos industriais, como máquinas, matérias-primas, produtos manufaturados etc., e a memória arquitetônica analisando os edifícios e as estruturas acessórias necessárias para o funcionamento da indústria, como ferrovias e moinhos.

De acordo com David Landon (2002), em seu verbete sobre Arqueologia Industrial, que nos serve de base de entendimento sobre a subdisciplina, os primeiros países a se interessarem pela preservação do patrimônio industrial foram aqueles em que a industrialização se deu primeiro e o processo de desindustrialização ocorreu também antes dos demais. Cintia Vieira Essinger (2009) fala que, para os países de colonização europeia, a Arqueologia Industrial é um ramo da Arqueologia Histórica e aponta para um dilema encontrado pelos arqueólogos europeus, a respeito da dúvida sobre o termo: Arqueologia da Indústria ou Arqueologia da Revolução Industrial? Essa dificuldade em definir se dá pela curta idade dos estudos nesse campo, pois mesmo na América do Norte, local onde trabalhos na área são realizados desde a década de 1930, a Arqueologia Industrial começou a ser organizada oficialmente como disciplina a partir da década de 1960. Outra questão que Essinger levanta é que a definição do que estuda a Arqueologia Histórica varia entre os continentes em função das situações históricas ocorridas em cada um deles. Os primeiros trabalhos de campo propriamente ditos da Arqueologia Industrial se iniciam na época em que passa a ser valorizado o patrimônio industrial.

A mesma autora explica que o conceito foi alvo de críticas e questionamentos, principalmente em função da ambiguidade do termo “industrial” e sobre os limites que abarcariam o estudo. Onde começar e até onde ir? Conforme as respostas pensadas, surgiram escolas arqueológicas diferentes. A escola inglesa procura fazer uma arqueologia da indústria sem delimitação temporal; a escola italiana restringiu os estudos à era capitalista; a escola Francesa dividiu-se em duas – uma não aceita o uso de documentos aliado ao acesso à cultura material e a outra defende uma visão autônoma da disciplina; por fim, a escola espanhola aceita a metodologia inglesa, mas inicia seu estudo a partir da revolução industrial.

Para Essinger (op.cit.), a função mais importante da arqueologia industrial está na interpretação do material sistematizado. A interpretação crítica dos dados é fundamental. Como a arqueologia permite que trabalhar não apenas com fontes documentais, mas também com vestígios materiais, é possível compreender fatos ou relações que muitas vezes estão mascarados ou ocultos nos documentos oficiais, elaborados, na maioria das vezes, tendo um ponto de vista senhoril, que distorce dados que dizem respeito aos trabalhadores. Como diz Ana Vicenti Partarroyo:

A arqueologia industrial abre, portanto, uma porta de investigação muito mais fidedigna sobre a verdadeira história das classes operárias e suas relações com a burguesia, com o território no qual viviam e com o espaço no qual trabalhavam e se relacionavam socialmente (PARTEARROYO *apud* ESSINGER, 2009, p.138).

A Inglaterra, berço da Revolução Industrial, preocupou-se em inventariar seu patrimônio industrial desde a década de 1960. Em 1964, foi lançado *The Journal of Industrial Archaeology*, a mais relevante publicação periódica sobre o tema, que contribuiu para a profusão de estudos no campo. Durante as décadas de 1960 e 1970, os trabalhos realizados, praticamente todos na Europa, contribuíram mais com descrições do que com análises, uma vez que estavam mais preocupados em catalogar acervos do que em adensar a reflexão teórica subjacente.

Os arqueólogos industriais começaram a notar essa falha e apontar que os estudos sobre patrimônio industrial não deveriam servir tão só a uma musealização dos vestígios da industrialização, mas que deveriam buscar uma compreensão profunda das relações sociais conectadas a ela e do significado simbólico de práticas, artefatos e estruturas (MENEGUELLO, 2011). Em outras palavras, deveria haver uma ênfase no caráter arqueológico de tal conhecimento. A arqueologia industrial não se limita, pois, a inventariar acervos; ela também analisa o estado da técnica, as interações homem-ambiente e as relações sociais de produção.

De acordo com Beatriz Kühl, é preciso aliar a arquitetura, a história e a arqueologia para realizar estudos sistemáticos e bem embasados tanto empiricamente quanto teoricamente, de modo a garantir uma clarificação dos critérios pelos quais se decidirá que bens industriais são dignos de serem preservados, por que devem ser preservados e como devem ser preservados. É preciso levar em consideração também os valores afetivos e tradicionais que tais bens agregam e sua importância para a memória

coletiva da comunidade a ele associada. Só assim é possível decidir de modo sustentável o que deve permanecer e o que se pode descartar.

Embora o esperado seja que o arqueólogo industrial esteja à frente de qualquer projeto multidisciplinar de estudos sobre patrimônio industrial, uma vez que a temática é essencialmente de sua alçada, sendo apenas circunstancialmente do interesse de historiadores e arquitetos, constata-se que esses especialistas costumam ser mais consultados em casos de tombamento de patrimônio industrial do que os arqueólogos, como seria apropriado.

O próprio termo “Arqueologia Industrial” é pouco utilizado no Brasil. Sendo preferido o emprego do conceito “Patrimônio Industrial” para ressaltar o caráter multidisciplinar do objeto (KÜHL, 2010). O que a princípio poderia ser apenas uma medida inclusiva, uma tentativa de evitar o fechamento do objeto à leitura de uma única ciência, acaba por se tornar um afastamento do arqueólogo de um objeto que mais lhe diz respeito do que aos pesquisadores geralmente associados a ele. O resultado é que muitos estudos acabam fornecendo leituras fragmentadas do patrimônio industrial, sem dar conta de sua complexidade.

O uso do termo “arqueologia industrial” está fortemente associado a tradições arqueológicas de grande peso acadêmico e diversidade temática como a da Inglaterra, por exemplo. Em países como o Brasil, em que a arqueologia estava, até recentemente, restrita a cursos de pós-graduação, a temática do patrimônio industrial acabou “apropriada” por pesquisadores de outras áreas, sem a esperada organização de um arqueólogo industrial. Preferir o termo “patrimônio industrial” ao termo “arqueologia industrial” significa preferir o campo de estudo à disciplina responsável por estudá-lo de modo mais aprofundado. Assim, abre-se caminho para que diversas disciplinas possam se colocar como igualmente dignas de estudar o tema em questão.

Se a arqueologia industrial brasileira se desenvolver demais, pode soar como uma ameaça a pesquisadores advindos da história ou da arquitetura, que podem sentir que os arqueólogos estão tentando ditar a eles como o tema deve ser tratado. Sem contar que os órgãos de preservação seguiriam outros princípios se fossem comandados por arqueólogos. Não há, portanto, nada de ingênuo na escolha do termo (KÜHL, 2008).

Os estudos sobre patrimônio industrial deveriam ser multidisciplinares, contar com forte embasamento teórico e preocupar-se com o sentido atribuído pela comunidade ao bem a ser avaliado, para desse modo poder auxiliar na construção de parâmetros claros e precisos para selecionar o que será preservado e de que modo deve se dar essa preservação. O olhar arqueológico deve estar presente nesse contexto por sua contribuição inestimável à melhor compreensão da natureza do patrimônio e sua relação com a memória a ser preservada (KÜHL, 2010).

Apenas uma união entre arqueólogos, historiadores e arquitetos, além de outros profissionais, é capaz de dar conta da complexidade do tema. Uma análise adequada do patrimônio industrial deve sim nos conduzir a uma compreensão adequada das feições arquitetônicas e estritamente técnicas da industrialização, mas deve também levar em conta, por exemplo, a dimensão imaterial das relações de trabalho. Essa ponte entre a dimensão material e a dimensão imaterial da cultura só pode ser formada pelo emprego do olhar arqueológico.

1.2 Arqueologia Industrial no Brasil

Ainda que no Brasil as primeiras referências literais à Arqueologia Industrial só tenham se dado em 1964, mesmo ano em que o *Journal of Industrial Archaeology* começou a ser publicado, os primeiros tombamentos de acervos do patrimônio industrial brasileiro ocorreram ainda na primeira metade do século XX, sob a visão modernista dominante, como parte da valorização da urbanidade colonial barroca, particularmente da associada à mineração e à exploração da cana-de-açúcar, numa associação de patrimônio a certa visão do que seria nosso “caráter nacional”. Ainda hoje, contudo, não são muitos os exemplos de patrimônio industrial brasileiro que tenham proteção federal por sua reconhecida relevância arqueológica (KÜHL, 2008).

Fizemos uma análise dos patrimônios industriais tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e comparamos a outros tipos de patrimônios tombados, como igrejas. Apenas nove fábricas estão na lista dos bens tombados em todo o país (IPHAN, 2009, p. 135). Em compensação, são 566 igrejas

incluídas na lista (*id.*, pp. 138-144). Há, porém, um bom número de engenhos e estradas de ferros tombados durante as “ondas de entusiasmos” de que fala Kühl (2010).

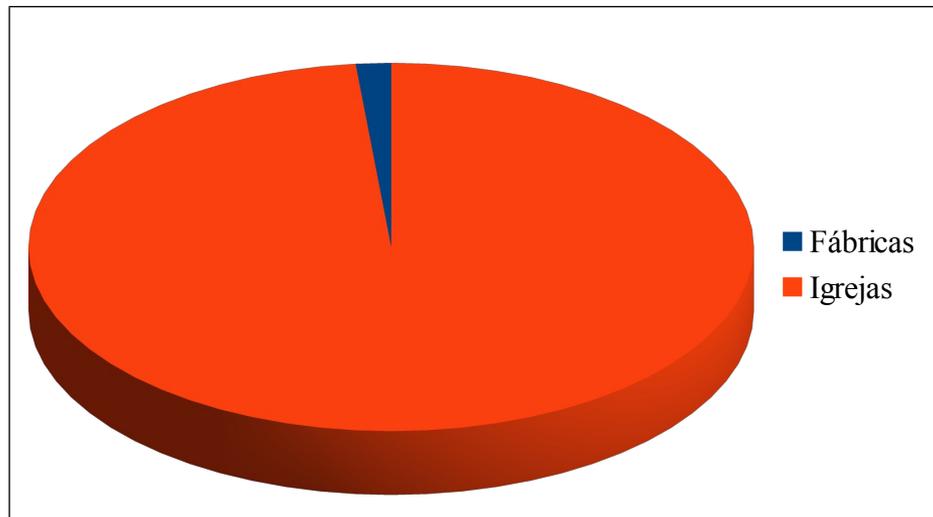


Gráfico 1 - Comparativo de número de fábricas e número de igrejas tombadas (Fonte: IPHAN, 2009).

O Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1964 realizou seu primeiro tombamento de patrimônio industrial: remanescente da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, no município de Iperó (OLIVEIRA, 2009). Depois disso, outras fábricas, vilas operárias, vilas industriais e demais espaços decorrentes do processo de industrialização brasileira foram sendo reconhecidos como bens culturais.

Uma análise arqueológica dos bens tombados no Brasil faz notar uma ausência de critérios claros para a preservação, mostrando que a escolha do que tombar se dá, realmente, seguindo “ondas” sucessivas e inconstantes “de entusiasmo” por um tipo específico de bem, como engenhos em um momento, estradas de ferro em outros, etc. Saindo da esfera federal e se restringindo a estados e municípios, os parâmetros de seleção mudam de figura e se tornam mais associados à memória afetiva de uma localidade, tomando-se os bens industriais como constituintes de uma paisagem sentimental a ser preservada (SIQUEIRA NETO, 2011).

Segundo Kühl (2006), o Brasil não possui um inventário nacional de seu patrimônio industrial. Essa é uma ausência realmente notável. Os poucos acervos

referentes à atividade da indústria estão em péssimo estado de conservação e completamente desorganizados. Muitos bens potencialmente tombáveis encontram-se abandonados, muitas vezes sem nem mesmo um registro documental adequado.

O deslocamento dos artefatos industriais do interior dos edifícios a serem tombados para o acervo de museus apresenta novos problemas, uma vez que retira o sentido tanto do artefato quanto da estrutura a serem preservados sem necessariamente garantir a preservação do artefato. A primeira fábrica da Sergipe Industrial, estudo de caso dessa monografia, teve suas antigas máquinas a vapor vendidas no fim de 2012 para empresas e colecionadores de várias partes do mundo. Dessas, sabemos o paradeiro inexato de apenas quatro. Uma foi para uma fábrica têxtil na cidade paulista de Araras e uma, para a Peixoto Empreendimentos, em Neópolis. Sabe-se que uma foi para um colecionador particular no Egito e a última para o Rio de Janeiro, não tendo sido informado se para uma fábrica ou colecionador. Resta, portanto, tão só o prédio vazio, que aguarda o momento de sua demolição sem sinal de que a solicitação de tombamento por parte da sociedade civil será atendida.

Sem as máquinas, o tombamento se restringiria ao edifício, que perde muito de seu sentido quando desnudado de seus elementos constituintes, podendo ser reapropriado para fins diversos, afastando-se com isso de seu uso original. É importante conservar os remanescentes da história da industrialização dentro de seu contexto, com artefatos e estruturas funcionais, para que seja possível entender o funcionamento da maquinaria, aprofundando nossa percepção dos modos de produção e das relações estabelecidas entre trabalhadores e máquinas (FERREIRA, 2009).

Embora já se assuma como relevante a preservação de vilas operárias e fábricas oitocentistas, não há critérios teóricos claros que ajudem a determinar como devem ser realizadas as restaurações de bens industriais. Por falta de informações adequadas, é bastante comum que as restaurações descaracterizem os prédios. As alterações são tais que demonstram a falta de compreensão dos critérios utilizados para que tal lugar seja visto como digno de ser preservado (KÜHL, 2010).

Nota-se aí como a arquitetura é importante para se estabelecer parâmetros claros para a preservação de bens industriais. A constituição dos edifícios industriais tombados têm sentido intrínseco, considerando-se sua relação formal com as práticas cotidianas das pessoas que se apropriavam criativamente do espaço em questão. Não faz

sentido alterar as dimensões do edifício nem privá-lo de seus constituintes internos, uma vez que são eles que lhe dão sentido (MORAIS, 2007).

Para Michel Foucault (1994), filósofo cuja análise da inscrição do sentido no espaço ajuda-nos em nossa posição sobre a perda de certa legitimidade simbólica no processo de tombamento quando o edifício acaba limitado ao espaço vazio, não haveria nada na estrutura de um prédio que garantisse que ele fosse usado apenas com a mesma finalidade para a qual foi construído. Mesmo um campo de concentração, exemplo máximo de uma arquitetura da opressão, poderia ser usado em seu sentido oposto, como um campo de liberação. O espaço não estaria condenado a seu uso originalmente intentado. Sempre haveria abertura para o que o sociólogo Rogério Proença Leite (2007), a partir de uma leitura dos estudos urbanos pós-modernistas e de certa influência foucaultiana, chama de “contra-usos”, a apropriação de um espaço com um sentido contrário a seu propósito inicial.

Entretanto, obviamente, o modo como um prédio é construído induz a certos usos e dificulta a formação de contra-usos. A fábrica da Sergipe Industrial foi desenhada para comportar as máquinas e facilitar o processo de transformação do algodão cru em tecido. Ainda que os usuários do espaço pudessem burlar os trajetos convencionais, havia uma expectativa de caminhos de acordo com a função e sanções em caso de desobediência, como as entrevistas com ex-operários deixam claro. As sanções podem ir da zombaria dos usuários autorizados do espaço à advertência e, em casos mais graves, suspensão. A existência de contra-usos não reduz a coercibilidade do uso exigido, do mesmo modo que a possibilidade de se alterar a apropriação do edifício não torna a apropriação original menos perceptível em sua imposição.

1.3 Arqueologia de Gênero

Nesse trabalho, o tema do patrimônio industrial está associado a uma discussão sobre gênero e poder inscritos no espaço da fábrica. As relações entre gênero e poder são da alçada da Arqueologia de Gênero, um subcampo da Arqueologia que estuda as relações de gênero através de seus registros materiais. Ela tem sua origem nos primeiros estudos feministas de contestação do modelo arqueológico tradicional. Com o tempo, Arqueologia de Gênero e Arqueologia Feminista foram se separando e hoje são bem distinguíveis. Diferente da Arqueologia de Gênero, a Arqueologia Feminista é a aplicação das ferramentas cognitivas da contestação feminista à crítica da metodologia arqueológica (GOMES, 2011).

Semelhante à Arqueologia Feminista, no entanto, a Arqueologia de Gênero também pode ser usada para desnaturalizar o discurso androcêntrico de uma arqueologia feita por homens, para homens e vivida por homens, dando assim visibilidade a um grupo que passa de elemento passivo na construção de uma sociedade a parte essencial dessa construção.

Usado pela primeira vez com o objetivo de se dissociar do sexo biológico, isto é, em oposição a uma categoria sexual biológica determinista, a palavra “gênero”, apareceu inicialmente nos trabalhos do psiquiatra estadunidense John Money, nos anos 1950. Apesar de ser uma realidade recente, a distinção entre as categorias sexuais cria um campo neutro, gerando debates nas ciências sociais.

O feminismo, como movimento de contestação ao patriarcado (o domínio masculino das sociedades ocidentais, inscrito na cultura) que ganhou força nos anos 1960, utilizou-se do conceito “gênero” para seu discurso, desencadeando o que Gomes (2011) chama de “feminismo de *primeira vaga*”, também conhecido como “feminismo ingênuo”, que tinha como princípio que bastava alterar as estruturas normativas e jurídicas que formavam a sociedade para se conseguir uma sociedade igualitária do ponto de vista da divisão sexual.

Nos anos 1970, o feminismo ganhou mais espaço na academia e foi se mesclando a escolas de pensamento em alta. Isso deu origem ao chamado “feminismo de *segunda vaga*”, ou “feminismo acadêmico”. Seu discurso era influenciado pelo

marxismo e pelo estruturalismo, apontando para a efetiva necessidade de tornar a mulher visível nos contextos sociais, políticos, antropológicos, culturais e históricos.

Após um processo de críticas internas, surgiu, nos anos 1980, o “feminismo de terceira vaga”, também chamado de “feminismo radical” (no sentido de que buscava as raízes do patriarcalismo) ou “pós-feminismo”, bastante influenciado pelo pós-modernismo, com o objetivo declarado de expor a base dos preconceitos sobre o papel da mulher e os fundamentos da dominação masculina.

A Arqueologia de Gênero ganhou espaço principalmente com a ascensão do feminismo de terceira vaga, autocrítico e interessado em entender suas próprias questões a fundo. Através de estudos detalhados sobre a desigualdade de gênero, sua base e suas manifestações, ela ajuda a contestar uma propensão tanto da Arqueologia quanto da Antropologia à valorização de um discurso masculino e à colocação da figura feminina como passiva quando se reconstrói o passado através de seus registros materiais. A Arqueologia de Gênero usa estudos de caso para evidenciar a figura feminina como construtora de história.

A Arqueologia de Gênero, que se desenvolveu a partir das críticas feministas, não visa substituir o androcentrismo por um igualmente enviesado ginocentrismo, mas sim por um caráter contextual e vivencial das identidades de gênero, não se aplicando exclusivamente a releituras do passado. As relações de gênero não devem ser vistas de uma perspectiva essencialista, uma vez que, mesmo que sejam encontradas diversas manifestações particulares de clara subordinação das mulheres aos homens, não se deve assumir que a figura feminina seja universalmente nem essencialmente passiva.

Em nosso trabalho, a Arqueologia de Gênero é usada para analisar relações de poder em contexto histórico. Embora seja em essência “o estudo das pessoas através da cultura material” (ZARANKIN & SENATORE, 2007, p.12), até a primeira metade do século XX a arqueologia funcionou exclusivamente como ferramenta para estudar um passado longínquo e muitas vezes associados a grupos e culturas ditas exóticas. Mas isso mudou a partir da década de 1960, principalmente nos Estados Unidos, com a análise de tempos cada vez mais próximos, com temas e problemáticas associadas aos grupos e pessoas comuns.

A transformação no pensamento arqueológico está relacionada com o surgimento de correntes teóricas pós-modernas e da arqueologia pós-processual, que mudaram o foco da disciplina, passando do geral ao particular, do homogêneo ao heterogêneo, do visível ao invisível e do objetivo ao subjetivo. Segundo essa visão, todo o passado se transforma em presente por meio de seus efeitos e pode ser revisitado – e complementado – pelos arqueólogos, de modo subjetivo, através da descoberta e interpretação desses efeitos.

Dessa forma, “não existe uma forma objetiva e real de alcançar o passado; ao contrário, o passado é socialmente construído pelo arqueólogo, que fornece apenas uma visão subjetiva deste passado” e “toda produção de conhecimento é estrategicamente empregada em práticas sociais e (...) vem sempre acompanhada de componentes de dúvidas e de autocrítica” (STANCHI, 2008, p.28 e 29).

Para auxiliar na construção da memória do trabalho das operárias da Sergipe Industrial, recorreremos ao trabalho de Sónia Ferreira (2006), uma etnóloga portuguesa, que se dedica ao estudo das operárias de seu país, sua dupla rotina de trabalho e suas lutas sindicais. Ela pertence ao Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, instituição associada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Seu trabalho faz a mesma aproximação que queremos realizar em nossa monografia, entre os estudos sobre o cotidiano dos operários e a questão do gênero. Sónia Ferreira tem diversos trabalhos publicados, dos quais destacamos o livro “A Fábrica e a Rua – resistência operária em Almada”.

Um trabalho parecido foi realizado pelas historiadoras argentinas María Inés Fernández, professora da Universidad de Buenos Aires, e Lilian Legnazzi, professora da Universidad del Salvador (FERNÁNDEZ & LEGNAZZI, 2012). Notando a ausência de trabalhos na área, as autoras lançaram-se a uma pesquisa densa sobre o cotidiano das operárias da indústria têxtil em seu país, não se limitando às fábricas, mas cobrindo até mesmo as que trabalham em ateliês ilegais. Sua análise traz elementos estatísticos, um estudo das mudanças das leis trabalhistas do setor e uma abordagem crítica da imprensa sindical.

Por fim, para ajudar a conectar essas pesquisadoras ao contexto sergipano, nos apoiamos nos textos do historiador sergipano Ibarê Dantas (1992), que tem um trabalho bastante relevante sobre os operários e as fábricas de Sergipe, com artigos sobre os

trabalhadores da Sergipe Industrial. Uma abordagem arqueológica da questão dos operários sergipanos ajudará a concordar com as análises de Dantas, e mesmo acrescentar ou refutar. Tudo isso através da análise da cultura material.

CAPÍTULO 2 - INDUSTRIALIZAÇÃO EM SERGIPE

2.1. Pequena história da industrialização de Sergipe

As primeiras atividades industriais sergipanas remontam às primeiras décadas do século XVII e se limitavam aos engenhos para moagem de cana-de-açúcar. O mais antigo engenho registrado por um historiador data de 1612 (MELO, SUBRINHO & FEITOSA, 2009, p.332). A industrialização permaneceu incipiente por dois séculos. Encontramos as primeiras referências contemporâneas a atividades industriais em Sergipe no relatório do então presidente da província de 15 de abril de 1858, onde diz que a indústria fabril começava a desenvolver-se e já era a mais importante da província. O Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1861, enviou para o presidente da província uma circular objetivando conhecer o desenvolvimento da indústria manufatureira e pediu que fossem nomeadas comissões para estudar em todas as cidades e vilas os diversos ramos da referida indústria e, através dessas comissões, procurar obter dados concretos sobre: o número de fábricas existentes, seu objetivo e importância; o número de operários empregados, seu sexo, idade, naturalidade, condição e estado civil; o processo empregado nas fábricas, importância e natureza das máquinas, a força e a natureza dos seus motores; a procedência da matéria-prima empregada na fabricação. A circular encerra dizendo que o governo imperial dava a maior importância a esses estudos para que fosse possível ser verificado o grau de adiantamento da indústria e também para que fosse possível saber quais os meios a serem empregados para desenvolvê-la (IEL, 1986).

Em 1889, ano da proclamação da República, a economia sergipana era inteiramente dependente da indústria açucareira e continuava praticamente agrícola, apesar dos esforços para desenvolver o setor industrial. Nesse meio tempo, a indústria têxtil estava em franco desenvolvimento, chegando a um pico de relevância em 1922, quando, em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, no dia da Independência do Brasil, o presidente do Estado, Coronel José Joaquim Pereira Lobo, disse que:

Aumenta progressivamente a indústria em nosso Estado, já pelo aperfeiçoamento dos seus aparelhos, já pela ampliação de novos rumos, especialmente no que diz respeito a tecidos (*apud* IEL, 1986, p.36).

A indústria sergipana era bastante diversificada na primeira metade do século XX, embora o maior número de fábricas existentes fosse de açúcar e tecido. O açúcar e o algodão eram, naquele momento, os principais produtos para exportação em todos os Estados do Nordeste (SUBRINHO, 1987, p. 77). Em 1910, Sergipe possuía 46,26% das usinas de açúcar do Nordeste (62 das 134) e, dez anos depois, 30% de todas as usinas de açúcar do país (70 de 233), sendo responsável, nessa época, por 4,8% da produção nacional (MELO, SUBRINHO & FEITOSA, 2009, p. 333). Na década de 1940, o governo procurou estimular a iniciativa privada, dando auxílio às empresas já existentes e isenção de impostos às novas. Em 1º de março de 1948, foi apresentada à Assembleia Legislativa Estadual uma mensagem relatando os problemas das indústrias de Sergipe. Entre os quais, estavam a subida de preço da matéria-prima, a subida de preço da mão-de-obra e o combustível. Assim, a partir desse ano, visando o crescimento e desenvolvimento da indústria, o Estado adotou uma política de isenção de impostos ainda mais generosa, sob a Lei nº 43, de 10 de junho de 1948, decreto nº 61, de 06 de dezembro de 1948, que ampliava o prazo de isenção para de 3 a 10 anos, variando de acordo com o capital da empresa (cf. o quadro de capital e anos de isenção em IEL, 1986, p.42).

Em 30 de novembro de 1955, a cidade de Aracaju lançou sua própria lei para favorecer a instalação de indústrias no município. A lei nº 56, artigo 288, isentava de todos os impostos municipais, pelo prazo de cinco anos, as indústrias novas sem similares que fossem instaladas em Aracaju. Assim, com a política de isenção de impostos adotada na década de 1950, Sergipe ampliou seu parque industrial. O quadro abaixo traz uma lista das principais indústrias de Sergipe na década de 1950, ordenadas por ordem decrescente de importância econômica.

QUADRO 1 – PRINCIPAIS INDÚTRIAS DE SERGIPE (1950)

NATUREZA	Nº FÁBRICAS
Tecidos, fios e sacaria de algodão	12
Açúcar de cana (usinas)	41
Beneficiamento de Arroz	10
Farinha de Mandioca (casas de farinha)	1.222
Coco ralado (farinha de coco)	3
Leite de coco	2
Óleos vegetais (coco, mamona e amendoim)	4
Sabão doméstico	22
Laticínios (manteiga e queijo)	84
Artes Gráficas (tipografia)	13
Bebidas Alcoólicas (vinho de frutas regionais e aguardentes)	74
Sal marinho	312
Charutos	7
Álcool	4
Papelão	1
Gesso	1
Artefatos de Papel	1
Plastifícios (macarrão, talharim, massa de sopa etc.)	1

(Quadro extraído de FIES, 1957, p.19)

Na década de 1960, as expectativas em torno da extração de petróleo geraram um resfriamento nas atividades agrícolas e pecuárias. Como consequência, o setor industrial passou a receber menos insumos e menos atenção por parte das autoridades. No final dessa década, o governo de Sergipe criou órgãos de assessoramento e planejamento industrial, com o objetivo de reaquecer as atividades comerciais e industriais do Estado (IEL, 1986).

No início da década de 1970, foi implantado o Distrito Industrial de Aracaju (DIA), com diversos incentivos colocados à disposição do empresariado nacional, surgindo assim novos empreendimentos industriais. Em 1970, Aracaju contava com 77,2% da mão-de-obra empregada no setor industrial sergipano. A partir desse ano, o DIA disponibilizou os seus 129 hectares com galpões industriais modulados a pequenas empresas, proporcionando um aumento na mão-de-obra nas fábricas de esquadria em madeira e metais, de refrigerantes, de confecções e outros (FIES, 1957).

No mesmo ano em que foi disponibilizado o DIA, foi também criado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) um Distrito Industrial, ao norte de Propriá, que atendia às produções pecuárias, à rizicultura e a outros setores. Ao Sul de Estância, foi estabelecido também

um Distrito Industrial, que atende à produção cítrica e à produção de mandioca. O Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro foi construído como uma ampliação do Distrito Industrial de Aracaju, comportando as indústrias que não couberam no espaço restrito do DIA.

O número de empresas de serviços industriais registradas em 49 municípios sergipanos era de 784, em 1978. Segundo o cadastro industrial de Sergipe, a mão-de-obra ocupada era de 26.523 trabalhadores. As expectativas em torno do desenvolvimento industrial de Sergipe não foram alcançadas. O número de fábricas e o número de trabalhadores estavam abaixo do esperado. Os investimentos públicos foram reduzidos (FIES, 1957).

2.2. História da Sergipe Industrial

As primeiras referências à produção de tecidos em Sergipe datam do século XIX. Os dados levantados sobre a produção de tecidos em sua fase artesanal não possibilitavam defini-la nem como uma simples estrutura familiar de produção, nem como o tipo de empresa que as fábricas de tecido se tornaram a partir da década de 1880, com a implantação da Sergipe Industrial. O modelo artesanal sergipano oitocentista ficava, portanto, no meio termo entre o familiar e o empresarial (ilustrações 1 a 5).

No período compreendido entre 1857 a 1871, a província de Sergipe apresentou índice considerável de exportação de tecido de algodão, todos de produção artesanal, atingindo a quantidade máxima anual no ano de 1866 com 137.839 kg, decaindo bruscamente logo após esse pico e desaparecendo das tabelas da província até a década seguinte, quando a implantação das primeiras fábricas têxteis levou ao retorno ao topo da lista de exportações (IEL, 1986).

Os criadores da Sergipe Industrial foram os irmãos Cruz. Aliados à aristocracia agrária da província, eles forçaram o casamento de Thomaz Rodrigues da Cruz com Clara Rollemberg, que pertencia à família de Gonçalo de Faro Rollemberg (o Barão de Japarutuba) e do Coronel José de Faro. Esse casamento formou um capital estimado em

300:000\$. O valor, contudo, não foi suficiente para os planos dos Cruz e eles tomaram empréstimos na forma de ações no valor de 200\$000 cada, ou seja, empréstimos na forma de investimentos tendo o lucro da futura fábrica como retorno prometido aos investidores (IEL, *op.cit.*).

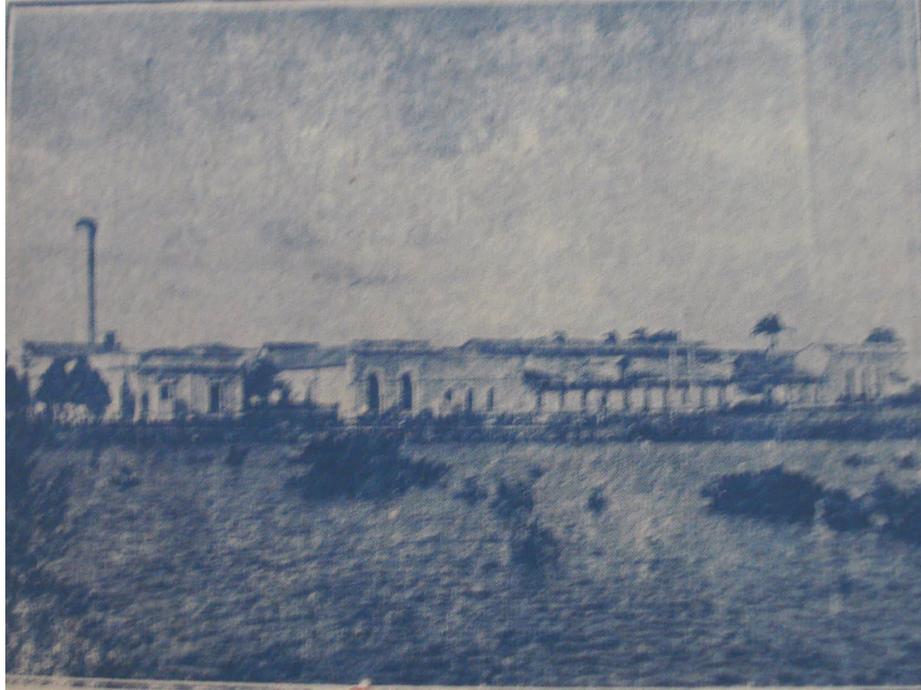


Ilustração 1: Sergipe Industrial em 1884. Fonte: BARRETO, Armando. Cadastro industrial, comercial, agrícola e informativo de Sergipe - 1938.



Ilustração 2 : Casa de banho da fábrica Confiança, erradamente identificada como Fábrica Sergipe Industrial, s/d. Acervo Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. Retirado de: <http://valdeclansantos.blogspot.com.br/2011/06/imagens-respectivasdas-fabricas.html>

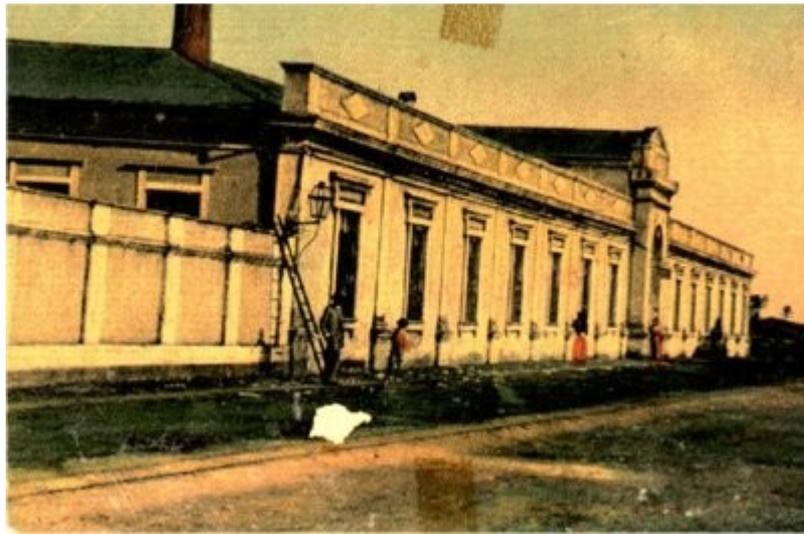


Ilustração 3 : Fábrica Sergipe Industrial em 1923. Retirado de:
http://www.aracaju.se.gov.br/154anos/index.php?gal_thb0=3&act=galeria&codigo=29#foto



Ilustração 4: Sergipe Industrial em 2011. Fonte: Google Maps.



Ilustração 5: Fachada da Fábrica Sergipe Industrial em fevereiro de 2013. Foto: Regina Calazans

Entre os investidores/associados, destacavam-se Thomaz de Vinhas, Eduardo Rodrigues da Cruz (um dos irmãos Cruz), o próprio Barão de Japarutuba, Eugênio José de Lima, Antônio Agostinho Ribeiro Guimarães, Júlio Barbudo e os participantes das firmas de Estanislau & Cia., Ferreira & Irmãos, Machado & Monteiro, Diogo Adams & Monteiro, Associação Sergipense de Reboques a Vapor e, a partir de 1888, quando a fábrica já estava funcionando, o Engenho Central de Riachuelo. O capital estrangeiro também se fazia presente, com Robert Brown, C. Obranches & Cia., Merchant Banking Company Limited e Sharamm & Cia (IEL, *op.cit.*).

Funcionando inicialmente sob a denominação de Cruz & Cia., a fábrica da Sergipe Industrial, nos seus primeiros anos de atividade, mantinha 60 teares em movimento e 170 operários, ampliados até o final do século XIX para 530 operários, sendo 220 mulheres, 175 homens e 135 adolescentes, todos trabalhando em jornadas de aproximadamente 12 horas (SUBRINHO, 1987, p.77). A fábrica produzia brim, cetim, burgariana, algodãozinho, estopa e, principalmente, sacos para embalagem de açúcar.

Dessa forma, o sucesso da indústria açucareira em Sergipe contribuía para o avanço da indústria têxtil.

A industrialização na cidade de Aracaju ocorria em paralelo a um movimento modernizante, com diversas inovações urbanísticas mudando a face da cidade nas primeiras décadas do século XX. O bonde de tração animal surgiu em 1901, o primeiro cinema foi inaugurado em 1909 e mesmo a água encanada era uma novidade que incentivava o discurso modernizador. Esses benefícios, contudo, usualmente ficavam restritos às áreas mais nobres da cidade, deixando desatendidos diversos bairros pobres, entre eles o Bairro Industrial (ilustrações 6 a 11), onde ficava a primeira fábrica da Sergipe Industrial (SOUSA, 1991).



Ilustração 6: Nesse mapa de Aracaju, o Bairro Industrial está marcado com o nº 11, logo acima (ao norte) do Centro (nº 1). Fonte: Google Imagens.

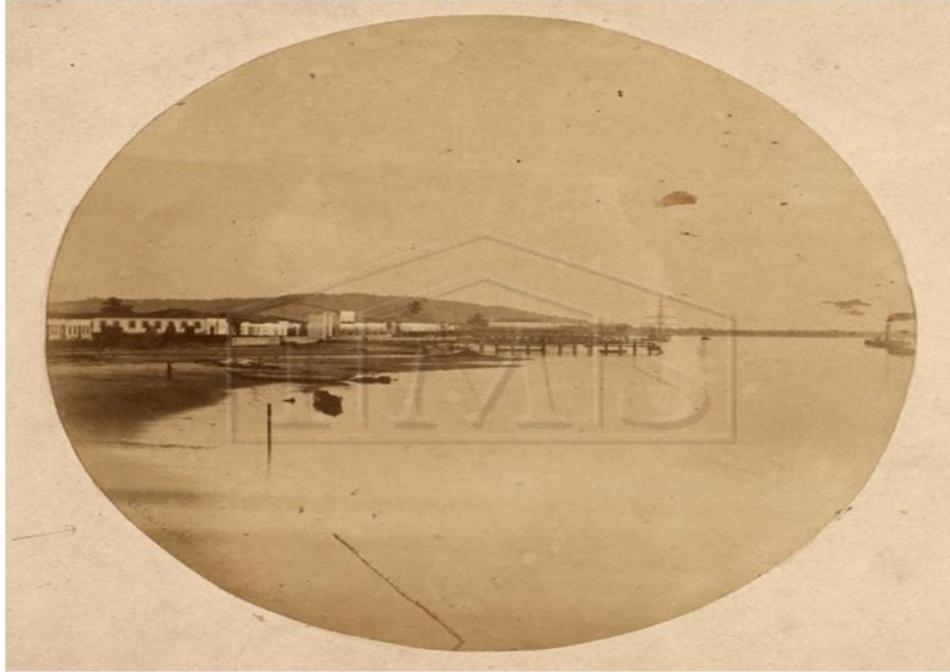


Ilustração 7 : Porto de Aracaju em 1869, ao fundo as fábricas Sergipe Industrial e Confiança. Retirado de: <http://fotosantigasdearacaju.blogspot.com.br/>



Ilustração 8: Fotografia do Bairro Industrial visto do Morro do Urubu. Ano desconhecido. Retirado de: <http://conhecendocesad.blogspot.com.br/>



Ilustração 9: Bairro Industrial na década de 50 com as fábricas Sergipe e Confiança. Fonte: Jornal de Sergipe. Retirado de: <http://www.jornaldesergipe.com/2012/09/coletanea-de-fotos-antigas-de-aracaju.html>

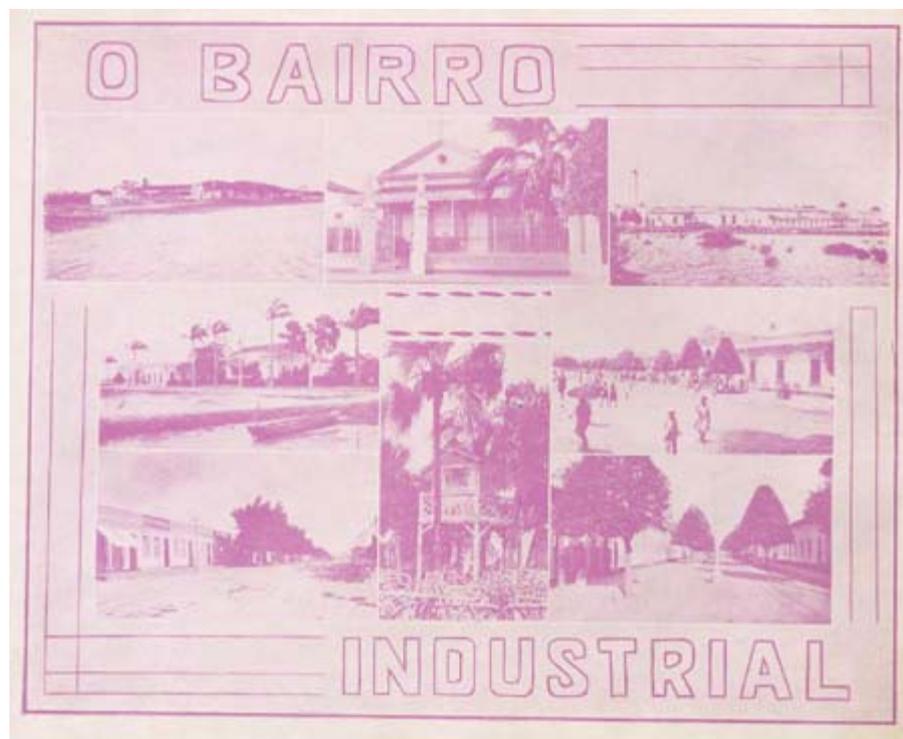


Ilustração 10: Cartaz do Bairro Industrial. Ano desconhecido. Retirado de: <http://conhecendocesad.blogspot.com.br/>



Ilustração 11: Zeppelin sobrevoando o Bairro Industrial por volta de 1932. Retirado de: <http://www.jornaldesergipe.com/2012/09/coletanea-de-fotos-antigas-de-aracaju.html>

Em 1914, a exportação foi inferior aos anos anteriores. Essas oscilações no quadro de exportação estavam associadas aos efeitos resultantes da I Guerra Mundial. Já em 1916, cai mais ainda o índice de exportação, sendo a maior baixa da década, provocada pela estiagem prolongada. A situação era tão precária e a produção tão insignificante que as fábricas de tecido, pela primeira vez, foram obrigadas a importar matéria-prima.

Os empresários atribuíam a crise às modificações da legislação trabalhista, que havia reduzido a jornada diária de trabalho das 12 para as 8 horas, a formação de um piso salarial e a modificação da forma de pagamento (ilustração 12). Os industriais e diretores das fábricas Sergipe Industrial, Confiança, Santa Cruz, Senhor do Bonfim, Empresa Industrial São Cristóvão, Passagem e Empresa Têxtil, todas localizadas em Sergipe, fizeram uso de um memorial, dirigindo-se ao presidente do Estado, argumentando que a redução de horas de trabalho

“forçaria a redução do operariado, da produção da renda pública e privada, do plantio do algodão e do combustível, além de outras relações econômicas que no momento, não lhes acode. (...) Nas fábricas têxteis de Sergipe, o trabalho é, em geral, por empreitada, e a empreitada não obedece a horário e sim à vontade do operário e do patrão, isto é, mais trabalho ou menos trabalho, prevalecendo, em regra, a vontade do operário, que procura trabalhar mais para mais produzir e, assim, ganhar mais. A luta que se debuxa em Sergipe é quase apenas verbal, e isto mesmo circunscrita a Aracaju, pois todas as fábricas estão trabalhando tranquilamente, sem a menor reclamação de operários e, portanto, sem violentar a ambição dos patrões” (FIES *apud* IEL, 1986, p. 65).

Demonstração do prejuízo com a redução do horário

Fabrica "Sergipe Industrial" de Cruz, Ferraz & Cia.
Produção em 1920-5.478.761 metros. Dia de 9 horas de trabalho

Uma hora por dia	2.435 metros		
Semana	14.610 metros		
Mez	58.440 metros		
Anno	701.280 metros		
Em cinco annos	3.506.400 metros	vendidos a \$600	2.103:840\$000
		Lucro provavel de 12%.	252:460\$800
		Operarios na razão de \$095 por metro	315:570\$000
		Imposto Estadual	91:238\$000
		Imposto Federal	140:250\$000
		Imposto Municipal	9:123\$000
		Perda da lavoura na diminuição do consumo do algodão, ou sejam 280.512 kilos a 1\$500	420:768\$000
		Companhias de Seguros	21:038\$400
		Idem de Navegação e Ferroviaria	21:038\$400
		Trapiches na razão de 1/4%.	5:259\$500
		Total rs.....	1.276:746\$100

Ilustração 12: Demonstração de prejuízo com a redução do horário - Fábrica Sergipe Industrial. Fonte: IEL, 1986.

Nesse período, a Sergipe Industrial tinha um capital total de 1.000:000\$000. Desses, 665:951\$165 como fundo de reserva. O algodão era sua principal matéria-prima. A fábrica contava com 320 teares, com força de 600 cavalos, que funcionavam movidas a lenha e a carvão, e fabricavam tecidos grossos para sacos de açúcar e alguns tecidos tintos, com preços correntes \$180 a \$300 e \$200 réis por metro. Sua produção de 215.919 peças. Na década de 1910, a fábrica contava com 737 operários, sendo 140 homens e 597 mulheres (IEL, 1986).

Durante a década de 1920, o índice de produção das indústrias têxteis permaneceu relativamente estável. Aracaju assumiu, nesse período, o posto de maior centro industrial do Estado. A Confiança e a Sergipe Industrial eram as maiores dentre as oito fábricas têxteis de Sergipe e se tornaram atraentes para trabalhadores sem qualificação que migravam do interior para a capital.

“Desde aproximadamente 1910 que as exportações de tecidos representavam a segunda grande contribuição aos cofres públicos. (...) os tecidos continuaram se valorizando ao ponto de em 1921 contribuírem em impostos para o tesouro com um quantitativo quase equiparado ao do açúcar. E nenhum outro produto de exportação sofreu tão elevada majoração de preço. Entre 1914 e 1924 houve um aumento superior a 700%, mesmo sem considerar a alta singular de 1919 que superou todos os recordes (Dantas, 1974).

2.3. A Vila Operária e os Trabalhadores da Fábrica

Os donos das fábricas têxteis, aproveitando o momento positivo, investiram em intervenções significativas na face da cidade.

A Sergipe Industrial construiu sua vila operária para, entre outros interesses, facilitar o acesso do trabalhador à fábrica. Do mesmo modo, ela conseguiu, junto ao poder público, a abertura de novas ruas no bairro ‘Industrial’. E chegou a instalar um parque de diversões em suas dependências.

A vila operária não foi construída de uma vez. Conforme a fábrica agregava mais ruas do Bairro Industrial como suas adjacências, mais casas foram construídas. Nota-se a diferenciação da fachada e do tamanho das casas por função. Foram usados galpões para construir casas para os contramestres e algumas casas faziam limite com o muro da fábrica (ilustrações 13 a 15). As casas para pessoas com cargos mais elevados eram de três quartos. Para as demais, dois.

As casas dos contramestres (ilustração 16) possuíam portas entre 2,5 m e 3 m. O objetivo de portas tão altas era permitir a passagem de peças de tecido, uma vez que, quando o material estava com defeito, o funcionário tinha a obrigação de pagar e podia levar o material para casa. As janelas, por sua vez, são amplas porque não há área de ventilação nas casas. Todas as casas de contramestres possuíam três quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, mas não possuíam quintal.

A casa do operário comum (ilustrações 17 a 19) possuía apenas dois quartos, banheiro, sala, cozinha e quintal, sendo que nesse ficavam as lavanderias construídas artesanalmente. Em contraposição, a casa do encarregado, cuja função assemelha-se à do bedel de escola, possuía três quartos, dois banheiros, área de serviço, duas cozinhas, quintal e jardim de inverno. Era a casa com a fachada mais elegante e o maior e mais

bem aproveitado espaço interno. Era uma função mal vista pelos operários e valorizada pelos patrões (ilustração 20). Já a casa do mestre era bem estreita. Possuía três quartos, banheiro, cozinha, área de serviço e não tinha quintal. Sua fachada era sóbria, mas elegante (ilustração 21).



Ilustração 13: Estado atual da principal Vila Operária da Sergipe Industrial na Travessa São Luiz, no Bairro Industrial, ao lado da fábrica. Foto: Regina Calazans.



Ilustração 14: Rua apropriada pela fábrica. Foto: Regina Calazans.



Ilustração 15: Vila Operária da Rua São Luiz. Sofá de cimento construído no muro da fábrica, em frente às casas. Foto: Regina Calazans.

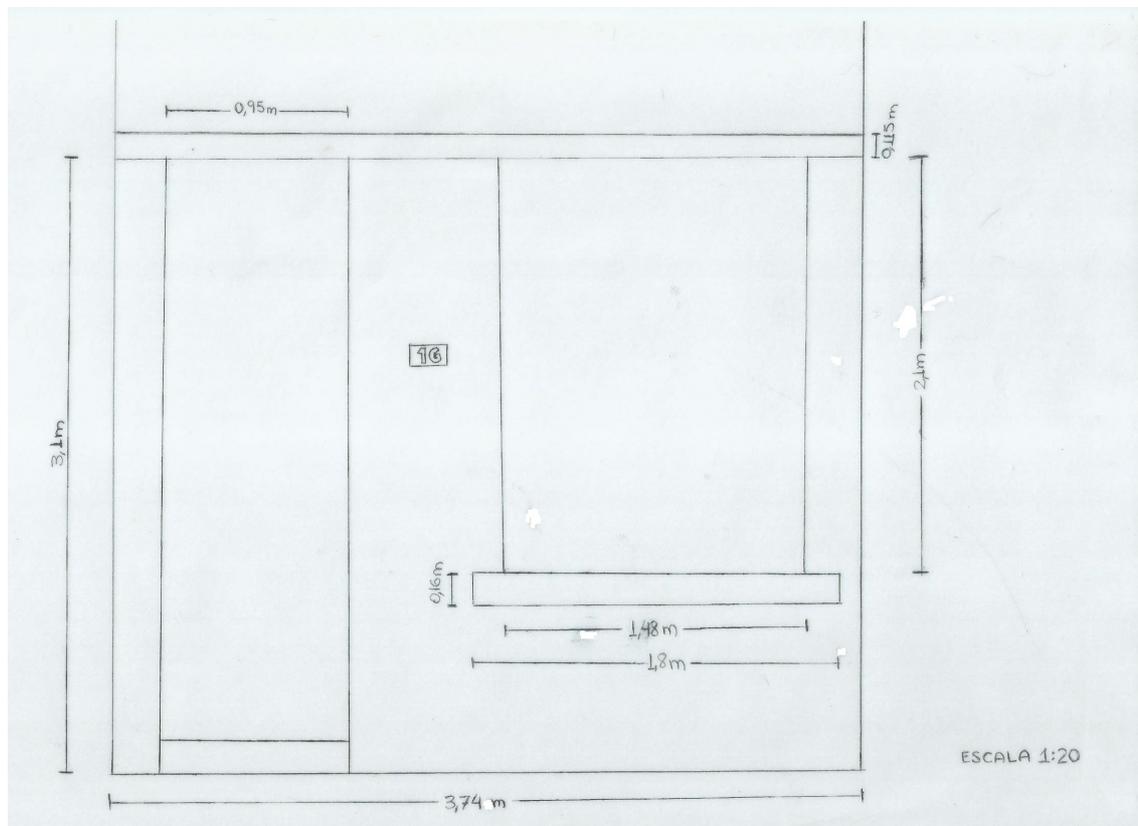


Ilustração 16: Croqui da fachada de uma das casas de contramestre, localizada na Rua João Rodrigues, nº 16. Desenho: Diego Calazans.



Ilustração 17: Casa do operariado comum. Tinham apenas dois quartos. Foto: Regina Calazans.



Ilustração 18: Tanque de lavar roupa de uma das casas mais pobres da Vila Operária. Foto: Regina Calazans.



Ilustração 19: Pintura feita em azulejo encontrada na parede da cozinha de uma das casas da Vila Operária da travessa São Luiz. Foto: Regina Calazans.



Ilustração 20: Fachada de uma das casas de mestre, localizada na Rua João Rodrigues, nº 100. Foto: Regina Calazans.



Ilustração 21: Duas casas de mestres. Têm três quartos cada. Foto: Ana Flávia Santos.

Como lembra Barreto (1982) em artigo celebrando o centenário da fábrica:

“Sendo uma cidade pequena, Aracaju não era dotada de serviços básicos e nem de equipamentos de lazer para a sua ainda mínima população. Entra aí a importância da fábrica 'Sergipe Industrial' pela criação do seu PARQUE, concebido e construído sob a orientação direta do engenheiro têxtil Thales Ferraz, figura singular de empresário, formado em Manchester, na Inglaterra, no começo do século [XX]. Já formado e dirigindo a fábrica, Thales Ferraz fez uma visita aos Estados Unidos e trouxe de lá algumas ideias de equipamentos de lazer públicos (...) cinema às quartas e sábados... bar... além de campo de futebol, quadras de basquetes, vôlei e de esportes femininos [sic], além de uma banda de música formada por moças (...). A população operária, pouco mais de mil, gozava de toda essa equipagem de lazer e ainda tinha, além da cada, pela qual pagava um décimo de seu salário, escola para seus filhos, armazém, para compras, bibliotecas, médico e farmácia gratuitamente e passeios aos quais a figura gorda de Thales Ferraz se incorporava”.

Thales Ferraz também construiu uma igreja, uma quadra esportiva, uma creche e um anfiteatro nas adjacências da fábrica (ilustração 22). Com a criação da quadra esportiva, os funcionários montaram o time de futebol da Sergipe Industrial, chamado atualmente de Sergipe Futebol Clube (ilustração 23). Os funcionários da fábrica rival, Confiança Têxtil, por sua vez, deram origem ao time do Confiança. A rivalidade entre a Sergipe Industrial e a Confiança Têxtil, portanto, ultrapassou as fronteiras do trabalho e se tornou conhecida também nos campos sergipanos, com a formação dos dois

principais times do Estado. A existência dos times de futebol contribuía para a identificação do funcionário para com a fábrica na qual trabalhava.



Ilustração 22 : Parque Sergipe Industrial. Retirado de:
www.iaracaju.infonet.com.br/serigysite



Ilustração 1: Clube Sportivo Sergipe. Revista Renascença. 1935. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Segundo alguns entrevistados, na igreja estão enterrados familiares dos donos da fábrica que contribuíram para a ditadura militar e vieram para Aracaju quando o regime foi extinto, numa tentativa de fugir de qualquer sanção que pudesse ocorrer por sua atuação política. A igreja só não será demolida, de acordo com essas fontes, porque os donos não querem remexer nesse passado. A explicação oficial, contudo, é de que a igreja foi tombada, mas ela não consta na lista do IPHAN. Um pedreiro que estava trabalhando informou que os donos afirmam não derrubar o prédio por mero pudor religioso (ilustração 24).



Ilustração 24: Igreja construída na administração de Thales Ferraz. Foto: Regina Calazans

A escola construída durante a administração de Thales Ferraz leva o nome do pai dele, José Augusto Ferraz. O prédio tem uma estrutura que remete à própria fábrica, com uma porta com mais de três metros de altura e janelas industriais (ilustração 25). Segundo Zarankin (2002), as escolas usualmente eram construídas de modo semelhante a prisões. Mas, nesse caso, o prédio que serve de modelo não é a prisão, mas a fábrica. O objetivo claro é habituar os filhos dos funcionários ao espaço e à rotina fabris.



Ilustração 25: Escola construída durante a administração de Thales Ferraz. Foto: Regina Calazans.

Por trás do paternalismo aparentemente desinteressado de Thales Ferraz, havia o interesse de aumentar o controle sobre os operários, reduzindo a tensão provocada pelas péssimas condições de trabalho, baixos salários, alto risco de acidentes e contínuos desrespeitos aos direitos trabalhistas (ver SOUSA, 1991). A tensão provocava ameaças de greves e levantes populares, que o empresário tentava conter garantindo algumas melhorias sob a forma de concessões vistas como dádivas independentes das lutas sindicais.

O trabalho fabril tinha ares de subemprego, com excessiva jornada de trabalho, que chegava facilmente às 12 horas diárias, e salários que mal davam para bancar a alimentação. As famílias dos operários precisavam muitas vezes recorrer a atividades complementares para garantir o sustento, como a coleta de caranguejos e mariscos nos mangues, que aumentavam a insalubridade do cotidiano e contribuíam para o elevado índice de mortalidade infantil. Com esse quadro, as ações de Thales Ferraz mostram-se uma válvula de escape que impede que a pressão contínua leve a uma revolta generalizada (ilustração 26).



Ilustração 26: Retrato de Thales Ferraz. Fonte: www.iaracaju.infonet.com.br/serigysite.

O valor da mão-de-obra decaía conforme o contingente populacional ia aumentando. Com o desemprego em alta e tendo a maior parte dos trabalhadores baixíssima qualificação, o emprego na fábrica era tão desejável para quem estava em situação ainda pior que isso contribuiu para que os salários caíssem ainda mais (ilustração 27). Os operários das indústrias têxteis eram muito mal pagos. Em Sergipe, a

situação era ainda pior se comparada à do resto do país. “Segundo dados do censo de 1920, os operários têxteis de São Paulo recebiam em torno de 5\$729, do Distrito Federal 6\$720 e em Sergipe apenas 3\$306” (SOUSA, 1991, p.15). Não era o bastante para bancar as despesas usuais, como aluguel e transporte.

Sem as vilas operárias, os trabalhadores geralmente moravam em barracos improvisados. Se eles moravam distantes da fábrica, precisavam andar às vezes por quilômetros em estradas de terra sem saneamento, correndo o risco não apenas de adoecer no percurso, mas – o que para lhes era ainda pior – de chegar atrasado e levar uma multa, reduzindo ainda mais seus já poucos recursos. Para não perder a hora, muitas vezes levantavam antes de amanhecer e seguiam sua jornada levando consigo apenas o almoço, que comeriam frio. Era uma rotina semelhante à dos trabalhadores da indústria da cana-de-açúcar, usualmente chamados de boias-frias. Como narra Amando Fontes em seu romance *Os Corumbas*:

Madrugada... Tudo escuro ainda. Bandos e bandos de raparigas, falando alto, desciam a Estrada Nova. De recantos e vielas que ali desembocavam, de momento surgiam vultos apressados. Todo o bairro de Santo Antônio parecia levantado a correr para o trabalho. Dos arrebaldes davam grandes levas. Do Anipum, do Aribé, do Saco, de mais longe vinham operárias. (...) Algumas, embrulhavam-se nos xales; aquelas cobriam-se com o avental esburacado. Outras se apadrinhavam sob um velho guarda-chuva. As que não dispunham do mais leve agasalho, vinham molhadas, e tremiam, com frio (FONTES, 2005).

Os Corumbas narra a desventura de operários (em sua maioria mulheres) das fábricas têxteis de Aracaju no começo do século XX. O romance retrata a subordinação moral que o trabalho fabril impunha aos operários, por conta do medo do desemprego (MENEZES & SANTOS, 2012). A jornada de trabalho é também nesse momento tão exaustiva que impossibilita o investimento de tempo no aprimoramento de suas próprias capacidades com o objetivo de almejar a um trabalho mais qualificado, e com melhores condições. Com isso, tem-se um ciclo ininterrupto de precariedade que contribui para atar o operário ao trabalho. Sobre isso, fala com propriedade um artigo do jornal sindical “O Operário”, publicado em 1916:

As duas fábricas de nossa capital [a saber, Sergipe Industrial e Confiança] principiam os trabalhos às 6 horas e terminam quase que às 18. Crianças e moças, depois do trabalho exaustivo, correm para a humilde choupana sem conforto a procura de alimentação. Depois se entregam ao sono separado das forças produtivas para o outro dia continuarem na mesma vida de todos os dias... infelizmente é esta a vida do nosso operariado: trabalhar, comer e dormir (*apud* SOUSA, 1991, p.33).

Reprodução: Raimundo Nascimento



Operários trabalhando na fábrica de tecidos "Sergipe Industrial" (Aju - início do século XX - Bairro Industrial)

Ilustração 27: Operários trabalhando na Fábrica de Tecidos "Sergipe Industrial" Aracaju, início do Século XX - Bairro Industrial. Reprodução: Raimundo Nascimento. Retirado de: www.hacaseacasos.blogspot. De: Gilmar Sullivan.

O trabalhador via-se constrangido entre uma situação degradante e as concessões do patronato apresentadas como dádivas desinteressadas. Os potenciais revoltosos eram todo tempo instigados a se acalmar através de válvulas de escape. Essas válvulas de escape vinham também na forma de concessões paliativas; isto é, de casas menos inseguras e insalubres em locais mais próximos, de escolas para as crianças que não estudam, de remédios mais acessíveis a evitar que qualquer doença se torne causa de óbito etc. Ao mesmo tempo em que eram compelidos a se acomodar, operários eram incentivados a adotar valores mais conservadores no tocante ao gerenciamento da sexualidade e no cuidado com a família.

Esse incentivo era dado com maior ênfase às mulheres, tratadas como elemento central de uma família mais saudável do ponto de vista orgânico e moral. A defesa da intervenção sanitária no cotidiano das operárias sergipanas teve como principal militante uma mulher: a médica Ítala Silva de Oliveira, que apresentava suas posições tanto perante as operárias no Centro Operário quanto, através da imprensa, aos intelectuais do Estado. Seu objetivo era que a mulher operária “compreendesse seu

valor e aprendesse a respeitar os seus superiores, conservando os princípios da justiça e da dignidade pessoal” (SOUSA, 1991, p.23). Em sua monografia de conclusão de curso, ela diz:

Ensinem pais e mestres a mulher a combater os erros dos sentidos, a fugir das más companhias, a ocupar o espírito com o trabalho útil, afastada de pensamentos lascivos e garridices provocantes, prepare-a para o seu papel de mãe. (...) Que ela saiba, enfim, educada, instruída, trabalhar ao lado do homem, por que só o trabalho – esteio mais forte da civilização e da grandeza humana – dá a média dos estadões de um povo, servindo além do mais, de elemento de profilaxia moral. Que tudo isso, numa palavra, lhe ensine a ser sempre, a mais casta e pura (OLIVEIRA, 1927, p.205).

As mulheres eram maioria na fábrica Sergipe Industrial. Na década de 1910, lembramos mais uma vez, a fábrica contava com 737 operários, sendo 140 homens e 597 mulheres (IEL, 1986). Cuidar para que fossem apascentadas, ainda mais que os homens, era essencial, porque sua condição era ainda pior que a dos trabalhadores do sexo masculino e seu número bastante superior inspirava cuidados por parte do patronato e do poder público. O controle sobre a vida pessoal dava espaço a uma maior vigilância da vida dos trabalhadores dentro e fora das fábricas, reduzindo a chance de revoltas imprevistas.

O Centro Operário, fundado, com a bênção dos patrões, em 1911, como uma organização assistencialista, logo se tornou um espaço de reivindicação, principalmente quando intelectuais convidados a falar aos operários passaram a incitar sua revolta contra a situação terrível em que viviam (ilustração 28). Os patrões tentaram minimizar o impacto do surgimento do Centro induzindo os operários a desprezarem os “atos subversivos” dos trabalhadores engajados.

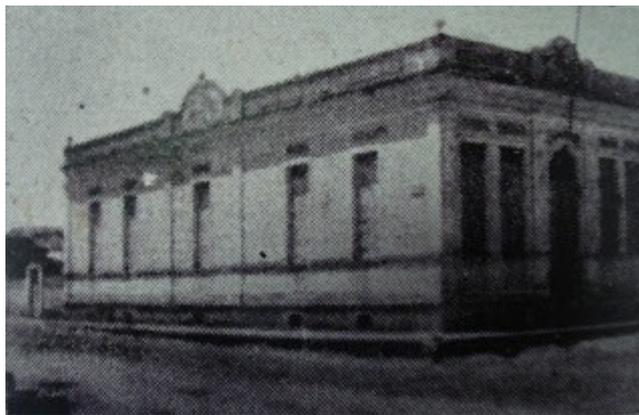


Ilustração 28: Centro Operário. Fonte: Google Imagens.

Nas décadas de 1910 e 1920, foi bastante difundida, nos relatórios oficiais e na imprensa, a imagem do operário sergipano de índole pacífica. Dizia-se que o Estado não sediava as revoltas operárias de outras regiões do país porque aqui o trabalhador das fábricas respeitava os patrões, que por sua vez não exerceriam sua autoridade sobre os trabalhadores com a mesma violência característica da dos industriais de outras regiões do país. O resultado era o incentivo a uma relação paternalista entre patrões e empregados. As “ações humanitárias” dos patrões e governantes ajudariam, de acordo com essa visão, a melhorar a vida dos trabalhadores, que se portavam como rebanho dócil e frágil a ser protegido tanto da miséria quanto dos subversivos. O melhor exemplo dessa relação é Thales Ferraz.

A figura de Thales Ferraz foi o exemplo mais explorado pela imprensa para divulgar que nas ‘Têxteis’ existia por parte dos patrões o desejo de resolver todos os problemas dos operários. Esse empresário era apresentado como amigo dos operários, aquele que em todos os momentos da vida na fábrica soube trata-los como companheiros. Por ocasião de sua morte, a imagem do patrão bom foi projetada por mais tempo. Ele apareceu como aquele que de tão simples resolvera ser enterrado no cemitério da pobreza “Os Cambuís”, e que deixara para cada operário, como presente, uma importância em dinheiro. No seu enterro a multidão de operários que se comprimia, chorava dando o último adeus à figura do homem simples, exemplo de bondade na terra (SOUSA, 1991, p. 27).

A relação emocional forte com a figura do patrão, tratado como pai bondoso, ajudava a controlar os ímpetus revoltosos que nasciam do quadro de frustração contínua decorrente da rotina desumanizadora da fábrica e garantia um mínimo de obediência e repulsa a organizações sindicais. Era uma relação similar à de senhores e escravos no

Brasil pré-republicano. A construção de espaços de lazer adjacentes à fábrica ajudava a aumentar a sensação de familiaridade e reforçar o conformismo. O perigo da insubordinação era reduzido pelas diversões proporcionadas pela fábrica aos funcionários.

Os operários não se calaram. Reivindicavam melhorias, tanto através do Centro Operário quanto através da imprensa operária. Entre as causas defendidas, estavam a redução da jornada, o aumento do salário, a construção de mais vilas operárias e um basta ao abuso de poder dos contramestres, que multavam os operários por razões banais (SOUSA, 1991). Em diversas ocasiões suas reivindicações foram atendidas, mas a documentação oficial costumava ocultar o fato de aquele benefício ser resultado de reivindicações, transformando-o em concessão desinteressada, dentro do princípio da dominação paternalista. As medidas eram em geral paliativas, não resolvendo em definitivo os principais problemas. Seu objetivo limitava-se a aumentar o controle dos patrões sobre a mão-de-obra. As vilas operárias são um exemplo especial.

Como solução proposta pela classe empresarial, ela [a vila operária] sempre visou, em todos os momentos, garantir um suprimento de força de trabalho, controlar níveis salariais e dominar movimentos políticos. Em consequência, a habitação foi um meio, na relação patrões-empregados, que permitiu uma atuação em dois níveis: serviu para pressionar o comportamento social do emergente operariado urbano e influiu no processo de acumulação de capital, permitindo que certos empresários construíssem verdadeiros impérios (BLAY, 1980, p.144).

Na década de 1950, as fábricas faziam tentativas de modernização do maquinário. A Sergipe Industrial era uma exceção. Como possuía sua própria oficina para conserto dessas máquinas, mantinha sempre que possível as mesmas máquinas. Ao longo dos anos, essa oficina já não atendia aos constantes reparos dos equipamentos desgastados pelo excesso de uso, provocando a redução do funcionamento em 200 dias do ano para uma única “turma”, ou seja, o grupo responsável por usar a máquina em questão. Quando as máquinas paravam de funcionar, eles simplesmente deixavam de usar, não substituindo por uma nova, fazendo com que muitos operários fossem dispensados ou rearranjados em outro setor da fábrica.

Em uma tentativa de sobreviver a mais uma crise, devido à má distribuição dos produtos e à recusa em substituir os maquinários, a Sergipe Industrial foi transformada em sociedade anônima, em 1958, com a nova denominação de Sergipe Industrial S/A,

sendo seu novo diretor-presidente Augusto do Prado Franco. A década de 1960 foi marcada, então, pela abertura do capital da empresa a novos acionistas. E foi também marcada pelo declínio da política paternalista e adoção de uma visão mais austera de gerenciamento da mão-de-obra, com demissões se tornando mais comuns e a formação de diversas estratégias para burlar as leis trabalhistas, principalmente no tocante às mulheres grávidas, demitidas para não onerar a empresa com o seguro-maternidade.

Em 1970, foram adquiridas as únicas máquinas modernas que fizeram parte da fábrica da Sergipe Industrial. Uma era a Jaká (ilustração 29), que fabricava três toalhas de banho e seis de rosto por menos de um minuto; a primeira máquina do tipo a chegar a Aracaju. A outra era a Sauri (ilustração 30), que fabricava tecido liso. As duas máquinas puderam ser adquiridas porque tinham 2,6 m de altura. Foram também as únicas que foram transferidas para a fábrica Nortista, do mesmo grupo, e estão em funcionamento até hoje.



Ilustração 29: Funcionário da Sergipe Industrial diante da Jaká. Fonte: Arquivo pessoal do funcionário.



Ilustração 30: Funcionário da Sergipe Industrial diante da Sauri. Fonte: Arquivo pessoal do funcionário.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE ESPACIAL DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

3.1. Análise do espaço da fábrica através das plantas

O edifício da primeira fábrica da Sergipe Industrial foi planejado com o objetivo estrito de comportar o maquinário necessário à produção de tecidos. Essas máquinas eram gigantescas. Algumas ocupavam vários metros quadrados de área e precisavam ser operadas por vários trabalhadores de modo coordenado. A dificuldade de transportar essas máquinas era tanta que elas foram trazidas da Europa de navio ainda desmontadas e foram montadas na própria fábrica por engenheiros estrangeiros contratados com esse fim.

Uma das razões para a relutância em substituir o maquinário a vapor por máquinas mais modernas era justamente a complexidade significativa da operação de desmonte da máquina anterior, deslocamento para um depósito e montagem da nova máquina no lugar. Havia um consenso entre os empresários que comandaram a Sergipe Industrial de que o esforço e o custo não compensavam.

Como alternativa à substituição de máquinas defeituosas, foi montada na fábrica uma oficina que tinha por objetivo consertar as máquinas antigas, mantendo-as funcionando ao menos minimamente pelo máximo tempo possível. A lógica era semelhante à de quem remenda as roupas para não comprar novas. Com o tempo a eficiência foi sendo perdida e a urgência em comprar novas máquinas se fez inadiável. Contudo, as novas máquinas elétricas eram ainda maiores do que as antigas máquinas a vapor. O último gerente da primeira fábrica da Sergipe Industrial, Augusto de Oliveira, de 50 anos, explicou, em entrevista, que o *design* original do prédio impedia a implantação das máquinas mais modernas, o que condenou a fábrica à obsolescência e resultou em sua venda.

As paredes da fábrica da Sergipe Industrial tinham um metro de espessura para abafar o som. Ainda assim, mais de um entrevistado afirmou que o barulho era quase

insuportável. Quando visitamos a fábrica da Nortista Têxtil, do mesmo grupo, para entrevistar o gerente acima citado, que agora trabalha nessa empresa, notamos como a fábrica em funcionamento produz ruídos consideráveis, o que aumenta o stress e diminui a qualidade de vida dos trabalhadores. Os operários hoje usam proteção auricular que reduz os danos e as máquinas são menos barulhentas. Fica possível, então, imaginar quão mais barulhenta era a fábrica com as máquinas antigas e sem proteção para os ouvidos.

A planta da fábrica que usamos no trabalho, datada de 2004, foi disponibilizada pelo último gerente da SISA, uma vez que não há exemplar dela disponível em nenhum órgão público, refere-se à forma final do edifício e enumera as máquinas presentes. São elas: a Saurer, a Bulzer, dois tipos de Jacquard (um Eletrônico e um Mecânico), as Engomadeiras, dois tipos de Urdideira (uma Seccional e uma Contínua), as Retrocedeiras, o Dornier Liso, as Bobinadeiras, o Distribuidor de Flocos, as Cardas, as Passadeiras, as Maçaroqueiras, o Open End e as Caldeiras, que são os fornos que garantem a energia da fábrica, que era movida a carvão (ilustrações 31 e 32). Os nomes não coincidem com os empregados pelos funcionários, que se referem às máquinas sempre com nomes relacionados a sua função, como “batedor” e “fiandeira”.



Ilustração 31: Urdideira. Fonte: Google Imagens.

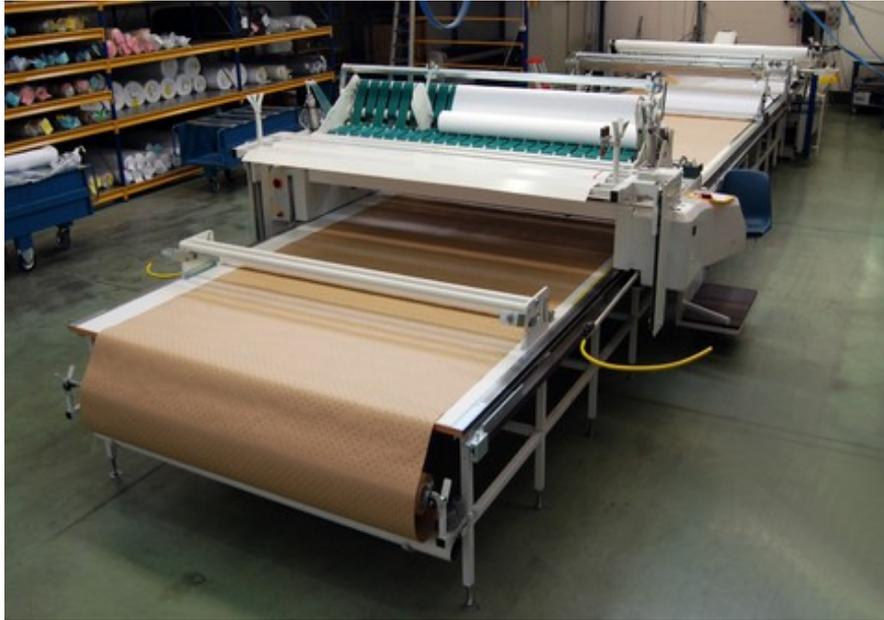


Ilustração 32: Fiandeira do final do século XX. Fonte: Google Imagens.

A planta da fábrica da Sergipe Industrial é composta pelos compartimentos apresentados abaixo (ilustração 33).

COMPARTIMENTO	ÁREA ÚTIL (m ²)	COMPARTIMENTO	ÁREA ÚTIL (m ²)
01-GUARITA	4,60	36-TERCELAGEM - SAURER I	2.714,31
02-DEPÓSITO DE ÓLEO	86,50	SULZER E JACQUARD MECÂNICO	
03-DEPÓSITO GERAL	154,15	37-DORNIER LISO + OPEN-END	1.455,50
04-OFICINA MECÂNICA	312,45	38-CENTRAL DE AR COND. (TÉRREO)	146,52
05-DEPÓSITO FÉCULO	49,60	39-CENTRAL DE AR COND. (1 PAV.)	146,52
06-DEPÓSITO ALMOXARIFADO	49,60	40-FILATORIS	783,87
07-ALMOXARIFADO	280,20	41-CENTRAL DE AR CONDICIONADO	144,35
08-SANITÁRIO MASCULINO	81,60	42-BOMBA EXTERNA	7,25
09-SANITÁRIO FEMININO	81,60	43-ALMOXARIFADO TERCELAGEM	16,50
10-PORTARIA + HALL	44,60	44-OFICINA TERCELAGEM	19,80
11-CIRCULAÇÃO VEÍCULO PORTÃO	49,60	45-SALA TÉCNICA	78,66
12-ADMINISTRAÇÃO (TÉRREO)	298,00	46-CENTRAL DE UMIFICAÇÃO	82,28
13-ADMINISTRAÇÃO (SUPERIOR)	589,53	47-BOMBA	5,10
14-TANQUE DE ÓLEO	62,60	48-SANITÁRIO MASCULINO	12,96
15-CALDEIRAS	125,90	49-DEPÓSITO	13,20
16-REVISÃO	285,10	50-SANITÁRIO FEMININO	12,96
17-ENGOMADEIRA	465,31	51-CASA BOMBA	3,10
18-PREPARAÇÃO A TERCELAGEM II : URDIDEIRAS + RETROCEDEIRAS	670,50	52-SALA DOS COMPRESSORES	132,60
19- DEPÓSITO DE Prensado	144,90	53-SALA OFICINA	10,90
20-SANITÁRIO	20,00	54-CARPINTARIA	19,80
21-DEPÓSITO DE ROLOS	99,32	55-CAIXA D'ÁGUA ELEVADA	14,82
22-TERCELAGEM - SAURER II	780,90	56-DEP. MATERIAL CONSTRUÇÃO	31,08
23-TANQUE ÁGUA-LD. CALDEIRA	37,50	57-CASA BOMBA INCÊNDIO 01	10,80
24-CASA DE FORÇA	164,85	58-CASA BOMBA NOVA	20,00
25-OFICINA ELÉTRICA	126,30	59-RESERVATÓRIO SEMI-ELEVADO	55,57
26-LABORATÓRIO FÍSICO (1 PAV.)	143,80	60-DEPÓSITO	450,10
27-MANUTENÇÃO DA FIÇÃO	33,35	61-CENTRAL DE AR	167,85
28-DISTRIBUIDOR DE FLOCOS	319,20	62-TEARES + JACQUARD ELETRÔNICO	1.029,48
29-DEPÓSITO DE FIOS	126,70	63-SALA TÉCNICA (DESENHO)	93,00
30-PREPERAÇÃO DA TERCELAGEM I	396,65	64-REFEITÓRIO	154,00
31-FILTROS DE POEIRA	107,46	65-ENFERMARIA	137,00
32-DEPÓSITO DE ROLOS	289,06	66-EST. FIOS + URDIDEIRA SECCIONAL	543,12
33- OPEN-END + PASSADEIRAS CARDAS + MAÇARQUEIRAS	3.596,55	67-DEPÓSITO DE ALGODÃO I	271,61
34-SANITÁRIOS E OFIC. MANUTENÇÃO	73,35	68-DEPÓSITO DE ALGODÃO II	314,00
35- BOBINADEIRAS	995,35	69-DEPÓSITO DE ALGODÃO III	314,00
		70-DEPÓSITO DE ALGODÃO IV	261,56

Ilustração 33: Quadro de cômodos e área correspondente do interior da Fábrica Sergipe Industrial. Fonte: Planta da Fábrica Sergipe Industrial S/A

O processo de fabricação dos tecidos na Sergipe Industrial permaneceu basicamente o mesmo ao longo dos mais de cem anos de funcionamento da fábrica. Quando o algodão chegava, ele ia direto para uma máquina chamada “batedor”. Logo em seguida, passava para as cardas, indo daí para a fiação. Da fiação ele ia para as enroladeiras e delas para as espoladeiras. Depois para as urdideiras, onde acontecia o maior número de acidentes e só trabalhavam mulheres. Da urdideira, ele ia para a engomadeira. Da engomadeira, para a tecelagem, que era o coração da fábrica e sua única parte usualmente visitada pelo público geral. Foi o local da Nortista que visitamos. Por fim, o tecido resultante ia para o dobrador, para conferir se havia defeito e, só então, o material era empacotado.

A planta da Sergipe Industrial e a planta da Nortista denotam claramente, mesmo a olhos leigos, uma diferença essencial na distribuição do espaço. A fábrica da Nortista tem um formato de tubo, com uma eficiência maior na distribuição das funções de modo que o material percorria um caminho mais curto e simples. A fábrica da Sergipe Industrial, por outro lado, trazia uma divisão bastante complicada do espaço, que reflete o design pouco elegante das máquinas originais se comparadas com suas versões mais recentes presentes na Nortista. O espaço era pensado para as máquinas, mas as máquinas não eram pensadas umas para as outras, então os locais em que as máquinas ficavam não se encaixam como um todo funcional. Ao menos não do modo como se encaixam na Nortista. Os espaços da Sergipe Industrial se encaixam de modo bastante irregular. O percurso realizado pelo material era bem mais complicado que seu equivalente da Nortista. Isso se traduzia em menor eficiência no trato com o material e consequente perda de capital para a fábrica. Também se traduzia em aumento da carga de trabalho para os operários, que tinham de lidar com máquinas pesadas e perigosas, percursos complicados e espaços bastante insalubres.

O último gerente da Sergipe Industrial nos fez um desenho de como ele acredita que uma fábrica ideal deve ser. O desenho, reproduzido logo abaixo, retrata uma fábrica em que o escritório central fica numa posição que lhe permite observar todas as etapas da produção (ilustração 34). Esse modelo remete ao panótico, de que tratou Foucault (1994), isto é, uma instituição cujo espaço foi pensado de tal forma que permite que a instância dominante controle todas as ações que ocorrem em seu interior de forma mais eficiente. O desenho retrata, portanto, uma fantasia de poder total, um

espaço controlado racionalmente em que o processo fabril flui de modo quase ininterrupto e jamais se perde a vigília sobre o trabalho dos operários.

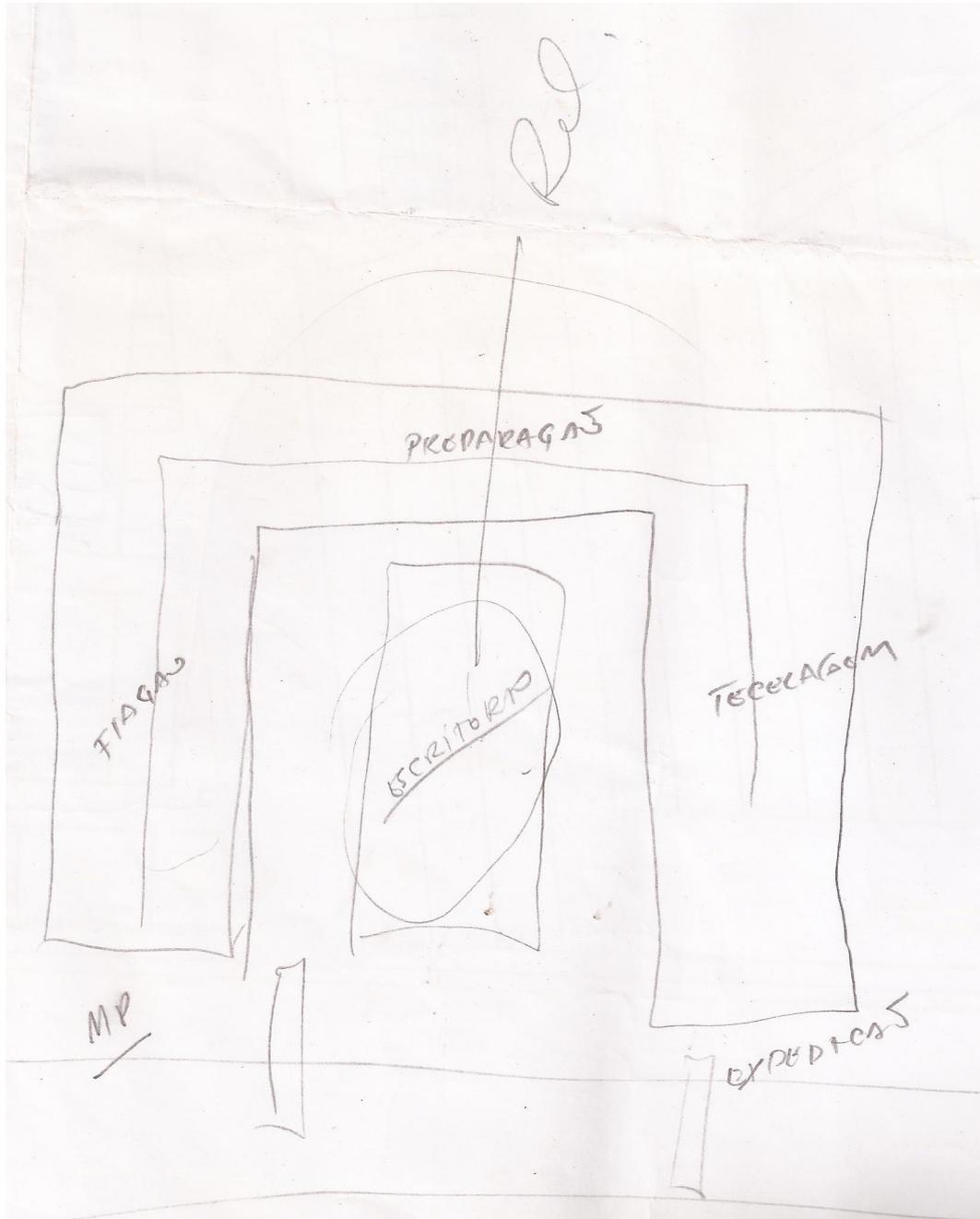


Ilustração 34: Desenho feito pelo último gerente da SISA mostrando como seria o ideal de arquitetura de uma fábrica.

Na antiga fábrica da Sergipe Industrial, assim que os operários eram contratados, eles eram conduzidos às máquinas que deveriam manusear. Cada operário começava sua carreira trabalhando em uma ou duas máquinas. Não mais. Com alguns anos de trabalho nas máquinas originais, eles eram colocados para trabalhar com outras máquinas. Havia casos de operários experientes sendo responsáveis por até vinte máquinas.

Constatamos que as mulheres geralmente ficavam com trabalhos repetitivos e que demandavam atenção e habilidade, como a lançadeira, máquina extremamente perigosa que era operada apenas por mulheres na Sergipe Industrial, e era responsável por inúmeros acidentes. Aos homens geralmente eram atribuídas funções que exigiam força física. Isso era comum não apenas na Sergipe Industrial, mas nas indústrias têxteis de todo o país (MOURA, 1989) e mesmo em outros países, como a Argentina (FERNANDEZ & LEGNAZZI, 2012).

Nas enroladeiras, por exemplo, trabalhavam tanto homens quanto mulheres. As mulheres, contudo, eram as únicas que usavam um cinto que tinha dois ganchos na ponta para dar um nó na fiação; os homens eram responsáveis por transportar os imensos carretéis com o algodão a ser enrolado. Nas engomadeiras, por outro lado, só trabalhavam homens porque a área onde elas ficavam era a mais quente da fábrica e era exigida muita força bruta para engomar o fio.

3.2. Análise das entrevistas

Foram entrevistados sete ex-trabalhadores e o último gerente da Sergipe Industrial. As entrevistas foram realizadas nas casas dos entrevistados, em presença de seus familiares, que vez por outra completavam ou refutavam as informações. Nenhum dos ex-trabalhadores permitiu que seu nome fosse divulgado na íntegra, por isso usamos apenas o prenome.

A amostra refere-se a funcionários que entraram na Sergipe Industrial do fim da década de 1960 ao início da década de 2010, englobando, portanto, quase meio século de funcionamento da fábrica. Os ex-trabalhadores entrevistados são: Lucília, 76

anos, enfermeira, chegou no fim da década de 1960 (ela não especificou o ano) e saiu em 1995 por causa da estafa da dupla jornada de trabalho (na fábrica e em casa); Raimundo, 58 anos, que entrou como servente em 1971, passou a operário na tecelagem e se aposentou como contramestre em 1996; Aldenira, 57 anos, que trabalhou como enroladeira na década de 1970; Carlos José, 57 anos, entrou em 1972 como caneleiro, depois foi trabalhar como fiandeiro, e saiu ao completar 18 anos, em 1974; Rosiane, 54 anos, entrou como faxineira, depois subiu de cargo pra fiandeira (não informou a data de ingresso na fábrica, mas deduz-se que tenha trabalhado lá na década de 1980); Humberto, 46 anos, que começou como lubrificador, sendo depois promovido a almoxarife, chegou em 1982 e saiu em 1987; Lucas, 28 anos, servente, chegou em 2004 e foi transferido pra Nortista em 2010.

Com exceção da enfermeira Lucília, todos os entrevistados entraram para a fábrica sem um cargo definido. Uma vez aprovados em entrevista obtidas ora por meio de solicitação direta aos empregadores ora através da intervenção de terceiros, os trabalhadores eram encaminhados ao setor que possuía vaga, nas funções que demandavam menos qualificação.

Aqueles que trabalharam na fábrica na década de 1970 apontam como o sucesso no trabalho e a possibilidade de ascensão dependiam de uma rede de relações profissionais estabelecida e de um comportamento considerado exemplar pelos superiores hierárquicos na empresa. Para as mulheres isso poderia significar não protestar contra o assédio no trabalho e aceitar funções para além de seu cargo.

Rosiane afirmou que seus supervisores lhe davam suspensão (dia sem trabalho e sem pagamento) ou multa simplesmente porque “ficavam tirando onda” com ela e ela “não dava ousadia”. Ela também informa de fortes discussões que teve com alguns deles quando tentavam obrigá-la a exercer funções para a qual não estava sendo paga, como varrer o chão quando já não era faxineira ou empurrar os pesados carros que transportavam o algodão. “Geralmente quem empurrava mesmo os carros grandes era homem. Agora quando faltava homem aí botavam as mulheres também pra carregar”. A maioria das mulheres chamadas aceitava empurrar os carros, mas ela não. Como sanção inicial, olhavam para ela “com cara feia”, mas ela não ligava. Então começava uma discussão e, como ela não aceitava a situação calada, logo vinham punições mais severas, como as referidas suspensões e multas.

Além de serem alvo preferencial da perseguição dos supervisores, as mulheres também eram as que mais se acidentavam. A principal razão era o fato de operarem as máquinas mais perigosas sem receber qualquer treinamento especial para isso. Raimundo, cujo trabalho era justamente supervisionar os operários, admite que presenciou muito mais acidentes envolvendo mulheres do que homens. Diz ele:

“Eu vi muita mulher se acidentar. A gente corria pra máquina pra socorrer as mulheres cujo cabelo enganchava na máquina. Eu mesmo ficava avisando pra elas não facilitarem. O cabelo enrolava na correia da máquina e prendia o cabelo, [ou então] a folia da máquina enganchava na saia e puxava a roupa. Aí eu corria com um pedaço de pano pra enrolar porque elas ficavam só de calcinha, a roupa presa na máquina. Isso era na urdideira. Tem uma mulher (...) que ficou presa na urdideira e ficou com uma manchona no braço. A fábrica toda era perigosa. Na tecelagem voava muita lançadeira na cabeça das pessoas. Eu mesmo peguei muita pancada. O bico da lançadeira batia no braço e furava. Ele saía da máquina de tanto desgastar e voava, só caía com 4 ou 5 metros de distancia. Eu exigia, dos meus subordinados, segurança”.

A lançadeira é uma máquina que recebe o fio que fica nas bobinas e ela entrelaça os fios para fazer o tecido (ilustração 35). É uma das máquinas principais no setor de fiação. Ela tem borrachas na lateral que funcionam como uma corrente de bicicleta. Devido ao desgaste essa corrente arrebenta e é lançada. Humberto presenciou um acidente do tipo. “A lançadeira veio, bateu na mulher e ela caiu desmaiada. Foi sangue pra tudo que é lado. Alguém com três dias depois levou outra pancada também. (...) Lançadeira era muito perigosa”.

Segundo Aldenira, essa função só era exercida por mulheres e era a mais perigosa. Os homens apenas trocavam as bobinas. Esse tipo de máquinas foi substituída na maioria das fábricas têxteis por uma versão mais moderna, computadorizada, com maior segurança.

Ilustração 35: Exemplo de tear de lançadeira, com braços, de John Kay (c. 1704 - 1780). Retirado de: <http://pontevertical.blogs.sapo.pt/6641.html>]

Na década de 1980, quando começou a funcionar a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidente), os acidentes foram reduzidos. No entanto, uma das causas do acidente era o excesso de máquinas por seção, a maioria desgastada. Quando a fábrica fechou, eram mais de duzentas em algumas seções.

As mulheres eram a maioria na fiação e na urdideira, mas em algumas seções só trabalhavam homens (ilustrações 36 e 37). “Tem seções como ‘engomadeira’ em que só trabalhava homem porque era mais força mesmo”. Além da força física necessária, essa seção também não tinha mulheres por causa do calor excessivo. Segundo Raimundo, as mulheres tinham mais dificuldade em suportar aquele ambiente insalubre. Lucas diz que algumas funções eram feitas só por homens, “porque tem determinadas funções que as mulheres não conseguem fazer”.

Essa visão condescendente era uma extensão do paternalismo que marcava as relações entre superiores e inferiores na fábrica. Do mesmo modo que o operário seria um coitado que era preciso ao mesmo tempo ajudar e manter pacífico através de concessões paliativas tratadas como dádivas de patrões preocupados, as mulheres eram vistas como pessoas frágeis e instáveis que era preciso proteger das funções mais pesadas e, ao mesmo, manter submissas. A promessa de proteção e a exigência da submissão eram complementares e a negação de uma delas levava a sanções não raro severas.



Ilustração 36: Mulheres trabalhando em fábrica têxtil em Roslyn, Otago, Nova Zelândia, 1907. Alexander Turnbull Library, Labour Department Collection. Retirado de: <http://www.teara.govt.nz/en/photograph/23981/women-workers>.

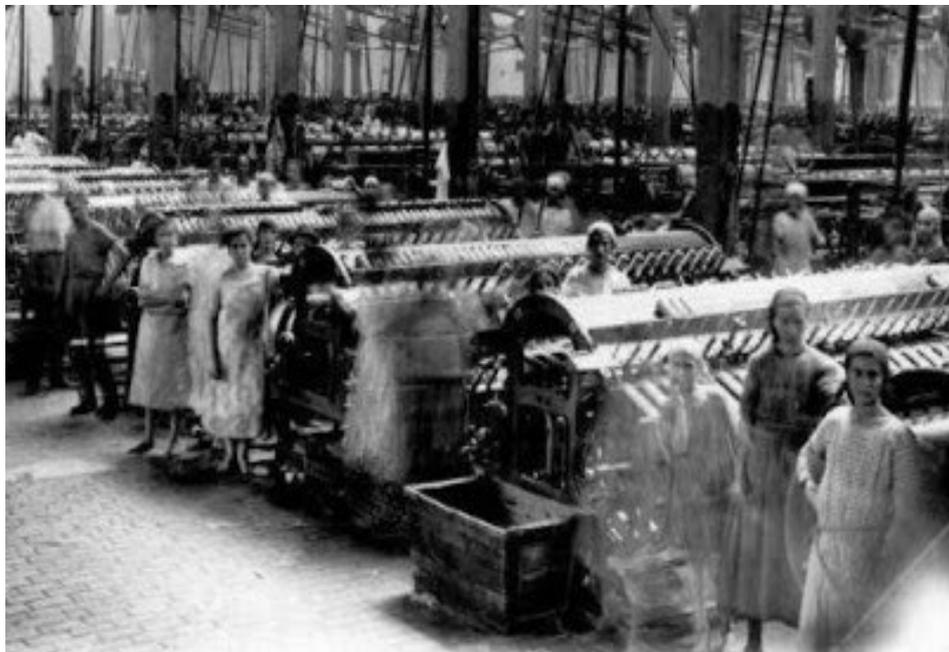


Ilustração 37: Operárias em indústria têxtil do século XIX. Fonte: Google Imagens.

As condições de trabalho eram precárias. Mesmo nas décadas de 1970 a 1990, prosseguiram certas limitações que remetiam às práticas do século XIX. Para ir ao banheiro ou beber água, por exemplo, era preciso pedir autorização ao encarregado, que poderia simplesmente recusar. Se ele permitisse, daria uma ficha autorizando a pessoa a sair por apenas 5 minutos. Então, ele tinha de colocar outra pessoa no lugar da que saiu porque “as máquinas não podiam parar”. Segundo Raimundo, “elas funcionavam 24 horas sem parar”.

As funções que demandavam mais força eram empurradas para os homens. As que exigiam mais atenção e habilidade manual, às mulheres. Por exemplo, na parte final do processo de fabricação, quando era a hora de fazer o acabamento, eram as mulheres que eram chamadas. Era sua função conferir qualquer defeito no pano. Se havia algum, elas mandavam chamar o encarregado e ele trazia o tecelão responsável para mostrar o defeito e chamar sua atenção.

Os operários eram obrigados a pagar pelos panos defeituosos, ainda que o defeito não fosse culpa sua. Alguns de nossos entrevistados tinham em suas casas amostras de tecido defeituoso que foram obrigados a comprar. Eles pagavam pelo pano mesmo quando o defeito era mínimo (ilustração 38). “Às vezes, era um fiozinho fora do lugar e a gente pagava. Por exemplo, às vezes quebrava um fio e a máquina não parava; ela seguia tecendo o pano [com uma parte] faltando; aí dava um defeito chamado ‘raleira’”.



Ilustração 38: Exemplo de tecido com raleira da década de 1970 . Adquirido com funcionário.

Os administradores da antiga fábrica da Sergipe Industrial tinham modos de driblar as leis trabalhistas. E eram as operárias que mais facilmente se prejudicavam com esse jeito de gerenciar. Aldenira, que trabalhou na fábrica de 1973 a 1975, como enroladeira, foi despedida porque o chefe achou que ela estava grávida. Ela não estava. “Depois de um ano, eu encontrei com ele na rua e ele disse ‘cadê o nenê, como está?’; aí eu disse ‘quem falou que eu estava grávida mentiu’”. Era hábito regular demitir mulheres grávidas ou obriga-las a optar entre o trabalho e a gravidez.

Entre multas por se recusar a fazer um trabalho que não era o seu, suspensões por não atender às investidas do supervisor e a ameaça de demissão caso ficasse grávida, a vida de uma operária na fábrica não era muito agradável. Rosiane diz não ter se arrependido de ter largado o emprego assim que se casou. Ela informa que não aconselha ninguém a trabalhar em fábricas. “Trabalho de fábrica não é bom, não. A gente trabalha porque tem de trabalhar, mas que é ruim é”.

Diferente da maioria dos homens, as mulheres, em sua quase totalidade, precisavam enfrentar uma dupla jornada de trabalho. Enquanto muitos maridos iam para o cabaré que ficava próximo à fábrica para distrair da rotina estressante, as mulheres precisavam cuidar da casa e dos filhos. Como lembra a enfermeira Lucília, “lá [na fábrica] eu fazia o meu trabalho profissionalmente e em casa, minha luta diária, doméstica. Eu trabalhava muito. Tinha vezes em que eu levantava às quatro horas. (...) A idade já estava um pouquinho avançada”. Por conta da dupla jornada, ela desenvolveu problemas de saúde associados à estafa. Com isso teve de se aposentar mais cedo.

Apesar da restrição à presença de mulheres em certas funções, era possível encontrar algumas rompendo a barreira e trabalhando em áreas reservadas aos homens. Lucília informa que, ainda que geralmente os contramestres fossem homens, ela conheceu uma mulher que foi contramestre. “Só uma”. Carlos José, por sua vez, lembra que, embora a função de caneleiro, ou carregador de “canela”, que ele exercia, exigia grande força física, havia mulheres trabalhando no mesmo setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico, que consta nas referências e servirá para auxiliar estudos futuros. Posteriormente, fizemos uma visita à fábrica, mas ela havia sido desativada poucos dias antes e estava fechada. No entanto, a visita não foi infrutífera, porque conseguimos informações sobre o destino das máquinas. Não pudemos, portanto, realizar uma catalogação do maquinário, já que o mesmo não se encontrava mais no interior da fábrica. Conseguimos, porém, fotos das antigas máquinas e uma descrição detalhada de como algumas funcionavam. Também, ao realizarmos visita a outras fábricas do grupo, ainda em funcionamento, constatamos que algumas máquinas dessas fábricas eram provenientes da Sergipe Industrial.

Visitamos os galpões e duas vilas operárias, a da Rua São Luiz e a da travessa São Luiz. Fizemos registro fotográfico. Na travessa São Luiz, as sete casas que são ligadas ao muro da fábrica foram desapropriadas e já estão em fase de demolição, restando poucos móveis abandonados e algumas paredes. Seus moradores não conseguiram comprar as casas da fábrica e tiveram de se mudar. As casas do outro lado da travessa foram adquiridas pelos moradores e não correm risco de serem demolidas; em compensação, elas foram modificadas por eles e guardam pouca semelhança com seu desenho original. A vila da Rua São Luiz é composta por 16 casas, sendo menor do que a da travessa. Dessas 16 casas, apenas cinco conservam detalhes da arquitetura original. As demais sofreram diversas intervenções estruturais dos moradores.

Visitamos também o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Sergipe. Seu arquivo está extremamente desorganizado, o que dificultou nosso acesso aos documentos. Aproveitamos a visita para entrevistar o diretor do sindicato e eles nos deu informações valiosas sobre a relação entre os trabalhadores e os industriais, como, por exemplo, a falsificação de documentos relacionados aos acidentes de trabalho pelos donos da fábrica. Não incluímos a informação detalhada aqui, pois é algo para futuras investigações.



Ilustração 39: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Aracaju. Foto: Regina Calazans.

Utilizamos a planta da primeira fábrica da Sergipe Industrial e as comparamos com a planta da fábrica da Nortista Têxtil, do mesmo grupo. A Nortista é uma fábrica mais recente, já tendo sido pensada para um maquinário mais pesado e eficiente, com a lógica de produção menos sinuosa. Constatamos também que tanto o maquinário quanto a nova lógica de produção favorecem um ambiente de trabalho menos desigual do ponto de vista da divisão sexual.

Por fim, foram realizadas entrevistas com sete ex-trabalhadores da Sergipe Industrial e o último gerente da antiga fábrica da Sergipe Industrial, que agora gerencia a Nortista S/A. As entrevistas cobriram as atividades da fábrica dos anos 1950 até seu fechamento. Essas entrevistas foram catalogadas e estudadas segundo uma análise de conteúdo simples com ênfase na memória oral e nos dados qualitativos.

Foi a industrialização que colocou a questão do trabalho das mulheres. A manufatura, a fábrica, eram uma mudança perturbadora, mais aguda para elas do que para seus companheiros. Como conciliar o trabalho doméstico, sua tarefa mais importante, com as longas horas da fábrica?

Os operários temiam a concorrência: esse “exército da reserva” ocasionaria, inevitavelmente, uma diminuição dos salários, dizia Marx. Um homem digno desse nome deve poder sustentar sua família e precisa de uma mulher que cuide da casa. Além do mais, a fábrica, com suas máquinas, sua sujeira, suas promiscuidades sexuais, não era pra elas. “Operária: palavra ímpia”, escreve

Michelet. E num congresso operário de 1867, um congressista declara: “Para o homem, a madeira e o metal. Para a mulher, a família e os tecidos”. Uma grande divisão material e simbólica do mundo. O duro para os homens; o mole para as mulheres. (Perrot, 2008, p.119)

Na fábrica da Sergipe Industrial, as mulheres de fato ficavam com as funções que exigiam menos força física e mais “jeito”. Em contrapartida, essas máquinas operadas prioritariamente pelas mulheres eram, segundo todos os entrevistados, as mais perigosas. A impressão que se tem é de que, para os patrões, talvez devido ao seu grande número, talvez devido à sua baixa especialização, as trabalhadoras mulheres seriam mais dispensáveis do que seus colegas do sexo masculino. Dessa forma, a fábrica de fato estava marcada, em sua própria estrutura física, pela divisão sexual do trabalho.

Nosso trabalho se alinha a um movimento de valorização da História das Mulheres. A História sempre nos trouxe homens no poder, líderes e homens ilustres ou públicos. No século XVIII e principalmente no XIX, ainda que a História tenha ampliado seu grau de cientificidade, as mulheres seguiram marginalizadas em seus estudos. O nascimento da História das Mulheres dá-se, segundo Perrot (2008), na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos de 1960 e na França de uma década após. Nosso trabalho trata das operárias e sua memória do trabalho.

O fato de nenhum dos ex-trabalhadores permitir que seu nome fosse divulgado na íntegra é sintomático. Se considerado junto com a hesitação em dar a entrevista, que presenciei em vários casos, e a tentativa de romancear a experiência, mostra que a memória do trabalho das operárias e dos operários da Sergipe Industrial comporta grande carga de humilhação, sensação de engodo e frustração.

Somente a custo consegui extrair informações fundamentais que, a princípio, os entrevistados tentaram esconder. Um dos exemplos é o da enfermeira Lucília, que não informou imediatamente que saiu do trabalho por causa da estafa pela dupla jornada. A dupla jornada de trabalho é algo presente na vida de mulheres de vários países, como demonstra o trabalho de Fernandez e Legnazzi (2012) sobre as operárias têxteis da Argentina. Em alguns casos, chega a haver uma tripla jornada de trabalho, com o trabalho doméstico convivendo com dois empregos fora de casa. Isso reduz a qualidade e a expectativa de vida das mulheres e faz delas as mais oprimidas entre os trabalhadores fabris.

Devido à naturalização do trabalho feminino com tecidos, era comum não se perceber o trabalho na fábrica como uma segunda jornada, mas sim como uma extensão do trabalho doméstico. Como aponta Moura (1989, p.85):

Assim, tecer panos, costurar, pregar botões passam a compor o universo da mulher produtora enquanto atividades-habilidades perfeitamente compatíveis com a natureza feminina, sobretudo à medida que fios, agulhas, carreteis acham-se igualmente presentes no universo doméstico e já compõem, portanto, o universo da mulher reprodutora, precedendo a fábrica e a oficina. Em consequência, a imagem, conoforme demonstra Evelyne Sullerot [em seu livro *História e Sociologia da Mulher no Trabalho*], que tende a ver na agulha o “instrumento natural das mãos débeis da mulher”, imagem que essa autora rechaça, indagando se “teriam as mulheres pré-históricas nascido com agulhas de ossos entre os dedos”.

A divisão sexual do trabalho gerava uma divisão acentuada de poder que, associada à confusão entre o ambiente doméstico e o profissional, gerava uma ocorrência significativa de casos de assédio moral e sexual, muitos dos quais não relatados por vergonha ou medo. As operárias recebiam sanções negativas dos superiores por não tolerar ou aceitar suas brincadeiras, que visavam geralmente reforçar a hierarquia, e suas insinuações, que buscavam se valer de sua posição superior para garantir favores sexuais. A relação do encarregado com a operária traz muito da relação entre feitor e escrava, característica do Brasil escravocrata. A não aceitação da inferioridade por parte das mulheres era interpretada por seus superiores homens como insubordinação (“ousadia”), que deveria ser punida exemplarmente para reforçar a relação de poder. As mulheres eram o alvo preferencial dos supervisores.

Os avanços que se obteve no tratamento das mulheres nas fábricas são decorrentes principalmente das lutas feministas que penetraram a custo a pauta do movimento operário, historicamente marcado pelo misoginia. Ainda assim os avanços eram menores do que se pode pensar, uma vez que, segundo sindicalistas e operários não sindicalizados, a própria fábrica mentia sobre as condições de seus trabalhadores para burlar a fiscalização. Quando se despedia uma mulher por ficar grávida, não era registrada essa informação; em geral, ficava nos autos que a mulher fora despedida por abandono do trabalho ou por insubordinação.

A primeira fábrica da Sergipe Industrial foi desativada em 2012, mas o processo de sucateamento já estava em curso há anos e o resultado é que, quando visitei o local para catalogar os vestígios, quase nada restava. A maior parte das máquinas foi

vendida ou transferida para outras fábricas. Representantes da fábrica me informaram que não havia mais máquinas no edifício, mas, de acordo com um dos dirigentes do Sindicato de Trabalhadores da Indústria Têxtil de Sergipe, restavam algumas não informadas. A recusa em permitir acesso ao interior da fábrica sugere que ele pode estar certo.

De acordo com o valor de mercado atual, algumas máquinas novas podem valer até mais de um milhão de reais (ilustração 40). Podemos supor que os valores das máquinas antigas de uma fábrica como a Sergipe Industrial, no mercado paralelo dos colecionadores de relíquias industriais, devem ser muito superiores. Não seria demais especular que o lucro com a venda do maquinário tenha sido mais que suficiente para os gastos com a construção do shopping que se pretende montar sobre as ruínas da fábrica, a qual já está em vias de demolição (ilustração 41).

TEARES								Proposta
Quant.	Descrição	Inserção Trama	Largura	Ano	Tensão	Maq/Excentrico	Pré-Alimentadores	
30	Teares Picanol GTX-6-R	Pinça	190 cm	1997	440	Maq. Staubli 2600	4	R\$ 1.050.000,00
28	Teares Picanol PAT 2-E -A	Jato de ar	190 cm	1990	440	Biela	2	R\$ 548.800,00
12	Teares Leonardo Silver HS (2 rolos)	Pinça	190 cm	2006	440	Maq. Staubli 2600	6	R\$ 1.000.000,00
URDIDEIRA SECCIONAL + GAIOLA								Proposta
Quant.	Descrição	Fabricante	Modelo	Ano	Tensão	Cone/Faca	Gaiola	
1	Urdideira Seccional	Comelato Roncato	P-190	1996	440	Faca	800 Cones	R\$ 60.000,00
1	Urdideira Seccional	Comelato Roncato	Konetex P2A	2006	440	Fixo	800 Cones	R\$ 90.000,00
1	Urdideira Seccional	Comelato Roncato	Konetex P2A	2006	440	Fixo	800 Cones	R\$ 90.000,00
1	Urdideira Seccional	Ridantex	Urditex CF 2200	2006	440	Fixo	800 Cones	R\$ 80.000,00
1	Urdideira Seccional	Ridantex	Urditex CF 2200	2007	440	Fixo	800 Cones	R\$ 80.000,00
URDIDEIRA CONTINUA								Proposta
Quant.	Descrição	Fabricante	Modelo	Ano	Tensão	-	Gaiola	
1	Urdideira Continua	Santa Clara (Schlafhorft)	MZD 1000	1995	440	-	700 Cones	R\$ 100.000,00
ENGOMADEIRA								Proposta
Quant.	Descrição	Fabricante	Modelo	Ano	Tensão	Caixa de Goma	Estante	
1	Engomadeira	Santa Clara (Schlafhorft)	TZG / WN	1995	440	2	14 Rolos	R\$ 220.000,00
BOBINADEIRAS								Proposta
Quant.	Descrição	Fabricante	Modelo	Ano	Tensão	Fusos	-	
1	Autoconer 238 (Direita)	Schlafhorft	U / WP - X	1989	440	50	-	R\$ 100.000,00
1	Autoconer 238 (Esquerda)	Schlafhorft	U / WP - X	1989	440	50	-	R\$ 100.000,00
1	Autoconer 138 I (Direita)	Schlafhorft	GKU - X - P	1980	440	50	-	R\$ 40.000,00
1	Autoconer 138 I (Esquerda)	Schlafhorft	GKU - X - P	1980	440	50	-	R\$ 40.000,00
1	Autoconer 138 II (Esquerda)	Schlafhorft	GKU - X	1979	440	50	-	R\$ 40.000,00
TOTAL								R\$ 3.638.800,00

Ilustração 40 - Tabela com cotação oficial atual das máquinas de fábricas têxteis no mercado segundo o site da FIES.



Ilustração 41: Maquete do Shopping Aracaju, que será construído onde atualmente fica a fábrica da Sergipe Industrial. Fonte: Google Imagens.

Durante a realização desse trabalho, por vezes dei com portas na cara, sendo recusado acesso a prédios e a documentos. O fato de o prédio da Sergipe Industrial ser alvo de pedido (negado) de tombamento por certo esclarece em parte a má vontade em compartilhar as informações e mesmo em possibilitar a catalogação do que sobrou da fábrica. O medo de que inúmeras ações ilegais da fábrica viessem à tona também contribuiu. Durante a realização das entrevistas ficaram claros os absurdos das administrações da fábrica, como despedir funcionários por doença ou gravidez, roubar horas extra, cobrar deles os prejuízos ocasionados pela má manutenção das máquinas, entre outros.

A memória do trabalho das operárias da primeira fábrica da Sergipe Industrial está impregnada de relatos de abusos cometidos por superiores hierárquicos no exercício da função. A maior parte deles pode ser classificada como formas de violência de gênero, pois são agressões de homens em posição de poder a mulheres a eles subordinadas, e agressões só possíveis se levadas em conta as relações de gênero. É usual a relação opressiva entre patrão e empregado, mas, quando esse empregado é do sexo feminino, essa opressão ganha novos contornos. É importante que esse trabalho

tenha prosseguimento, não apenas porque revela uma parte da História da industrialização sergipana que é pouco citada, mas porque traz à tona formas de violência que foram ocultadas.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3ª ed. Aracaju: Banese. 2001.
- DANTAS, Ibarê. **Notícias de greves em Sergipe: 1915-1930**. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. N° 31. pp. 137-154. 1992.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio Industrial: Lugares de Trabalho, Lugares de Memória**. In: MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO - vol.II no 1 - jan/jun de 2009. <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>
- FERNÁNDEZ, María Inés & LEGNAZZI, Lilian. **Mujeres em la industria textil: De la fábrica al taller clandestino**. Buenos Aires: Biblos. 2012.
- FERREIRA, Lúcio Menezes Ferreira & FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia como Prática Política**. In: *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum.*, Belém, v.4, n.1, Abril de 2009. Disponível em: http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222009000100002&lng=en&nrm=iso
- FERREIRA, Sônia. **Entre a casa e a fábrica: memórias do trabalho operário no feminino**. In: *Revista de Antropologia Iberoamericana*, AIBR, n° 3, vol. 1, Agosto/Dezembro, pp. 13-21. 2006. Disponível para download em: <http://www.aibr.org/antropologia/01v03/>
- _____. **Mulheres: um “objecto” nas entrelinhas da história**. In: *Arquivos da Memória. Temas e Problemas em Antropologia | N.º 1 (Nova Série) | 2007*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa.
- FONTES, Amando. **Os Corumbas**. 25ª ed. São Paulo: José Olympio. 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Espaço e Poder**. *Entrevista a Paul Rabinow*. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. RJ: IPHAN. pp.139-145. 1994.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica**. In: *Dossiê Arqueologias Brasileiras*, v.6, n. 13, dez.2004/jan.2005. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>

- _____. *et al.* (org.) **Arqueologia Histórica, Memória e Patrimônio em Perspectiva Multidisciplinar: contribuições da Arqueologia, História, Literatura, Arquitetura e Urbanismo**. Pelotas: IMP, LEPAARQUE/UFPel, 2009.256p.
- GARCIA, Marco Aurélio. **Tradição, Memória e História dos Trabalhadores**. In: *DPH/SMC da Prefeitura de São Paulo (ed.) O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. pp. 169-174. São Paulo: DPH/SMC da Prefeitura de São Paulo, 1991.
- GOMES, Francisco B. **Arqueologia e Género(s): de *strange bedfellows* a um paradigma de leitura crítica do Passado**. In: *Sapiens: História, Patrimônio e Arqueologia*. [Em linha] Nº 5. (Setembro 2011), pp. 6-30. Disponível em: www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero5/arqueologia_e_generos.pdf
- IEL – Instituto Euvaldo Lodi (1986). **Memória Histórica da Indústria Sergipana**. Universidade Federal de Sergipe. Rio de Janeiro: IEL/SENAI-DN, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação.
- IPHAN. **Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 1938 – 2009. 5ª Edição. Minc/IPHAN. CODOC/COPEDOC/DAF – 2009.
- KÜHL, Beatriz Mugayar . **Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação**. In: *Patrimônio Revista Eletrônica do Iphan*, Brasília, v. 4, 2006.
- _____. **Patrimônio industrial: algumas questões em aberto**. In: *arq.urb*, v. 3, p. 23-30, 2010.
- _____. **Questões teóricas relativas à preservação da Arquitetura Industrial**. In: *Desígnio (São Paulo)*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 101-117, 2004.
- LANDON, David B. **Industrial Archaeology**. In: ORSER Jr., Charles E. (ed.) *Encyclopedia of Historical Archaeology*. London: Routledge, 2002.
- MACHADO, Manuel Cabral. **Aspectos dos movimentos operários em Sergipe**. In: *Revista de Aracaju*, Aracaju: 1962 nº 7. p. 301.
- MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio Industrial como tema de pesquisa**. In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011.

- MENEZES, Moisés Santos & SANTOS, Gladson de Oliveira. **“Os corumbas” e a rotina do trabalho industrial em Aracaju**. In: *Anais Eletrônicos do IV Seminário Nacional de Literatura e Cultura*. São Cristóvão/SE: GELIC/UFS. v.4. maio de 2012.
- MORAIS, Daisy de. **Arqueologia da Arquitetura: Estação Ferroviária de Piraju - Ensaio de Arqueologia da Arquitetura de Ramos de Azevedo**. Erechim, RS: Habilis. 2007.
- MOURA, Esmeralda B. B. de. **Além da Indústria Têxtil: O Trabalho Feminino em Atividades “Masculinas”**. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: USP. v.9 nº18. pp.83-98. ago./set. 1989.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto. 2008.
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. **Lugares da Memória Operária**. In: *SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- ROMÃO, F. L. **Na trama da história: O movimento operário de Sergipe - 1871-1935**. Aracaju, 2000.
- SIQUEIRA NETO, M. M. **Sob o véu do patrimônio cultural: uma análise dos processos de tombamento em Pernambuco (1979-2005)**. Olinda: Livro Rápido. 2011.
- ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista – o caso de Buenos Aires**. SP: FAPESP. 2004.